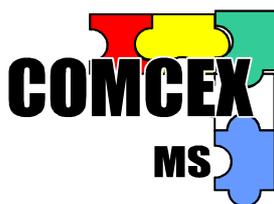


# Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul



Comitê Nacional de Enfrentamento  
da Violência Sexual  
de Crianças e Adolescentes

Secretaria Especial de  
Direitos Humanos



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA  
DR. JORGE DAVID NASSER

# **Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul**

Relatório final de pesquisa

Campo Grande, MS, abril de 2010

## **Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul**

*Pesquisa integrante do Projeto de Fortalecimento do COMCEX – 2008/2010*

### **Realização:**

Comitê de Enfrentamento da Violência e da Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul - COMCEX

### **Parcerias:**

Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS  
Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul  
Escola de Saúde Pública – Dr. Jorge David Nasser

### **Apoios:**

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR  
Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil  
Comissão Interestadual de Enfrentamento da Violência Sexual do Centro Oeste - CIRCO

### **Coordenação Técnica e Administrativa:**

Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – Centro Oeste (IBISS/CO)

### **Equipe Técnica**

Coordenador geral da pesquisa:  
*Oswaldo dos Passos Pereira Júnior*

Facilitadores das capacitações dos pesquisadores:  
*Prof.ª Ma. Cássia Barbosa Reis*  
*Prof. Dr. Álvaro Banducci Júnior*  
*Mestranda Ivanise Andrade*

Pesquisadores:  
*Kenedy de Souza Moraes*  
*Diógenes Egídio Careaga*  
*Donizeth Alvez de Oliveira*  
*Oswaldo dos Passos Pereira Júnior*  
*Estela Márcia Scandola*

Colaboradores:  
*Aláide Maria dos Santos (CPIFACT/MS)*  
*Cláudia Souza (CPIFACT/MS)*  
*Roberluce Oliveira Braga (CPIFACT/MS)*  
*Cícero Pereira Rufino (Coordinfância)*  
*Maucir Pauletti (CPIFACT/MS)*

Equipe do relatório final:  
*Estela Márcia Scandola*  
*Juliana Viana da Silva*  
*Oswaldo dos Passos Pereira Júnior*

*À criança de dez anos que, com sua irmã, de 12, fazem programas sexuais no escuro de uma velha chácara em Nova Casa Verde;*

*Às adolescentes que tentam atrair homens em depósitos de bebida de Maracaju na busca de alguns reais;*

*Às meninas que realizam encontros nos quartos das repúblicas dos trabalhadores de usinas;*

*Às adolescentes de Ipezal que atendem aos prazeres de homens em seus carros nas ruas ermas próximas da rodovia;*

*À menina kaiowá, de Rio Brilhante, vendida por 10 mil reais para satisfação sexual de um homem;*

*Às crianças e adolescentes sem rostos, sem nomes, sem vida aos olhos do “desenvolvimento”.*

*"Se tens um coração de ferro, bom proveito. O meu, fizeram-no de carne, e sangra todo dia".*  
(José Saramago)

## **RESUMO**

Direitos de crianças e adolescentes têm sido irrelevantes nos planejamentos dos grandes projetos de desenvolvimento, como os atinentes ao ingresso do país no mercado mundial dos biocombustíveis. Em Mato Grosso do Sul, que registra um avanço acelerado do setor sucroalcooleiro, essa situação tende a ser problemática e para isso o presente relatório *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em MS*, que é parte do projeto Fortalecimento do Comcex (Comitê Estadual de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes), visa, através dos dados coletados neste estudo, oferecer indicativos importantes para o desvelamento dos impactos provocados pela expansão desse setor sobre os direitos sexuais de crianças e adolescentes.

## **ABSTRACT**

Rights of children and adolescents have been irrelevant in the planning of large development projects, such as those relating to entering at the world biofuels market. In Mato Grosso do Sul, which registers an accelerated advance in the sugarcane industry, this situation tends to be problematic and for this, the report "*The impacts of the presence of alcohol sector on the sexual exploration of children and adolescents in MS*", which is part of the project Strengthening Comcex (State Committee Against the Sexual Exploration of Children and Adolescents), aims, through data collected in this study, provide important indications for disclosure of impacts caused by the expansion of this sector on the sexual rights of children and adolescents.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:**

**BioSul** – Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul

**CEP/UFMS** – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**COORDINFÂNCIA** – Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

**COMCEX-MS** – Comitê de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul

**CIRCO** - Comissão Interestadual de Enfrentamento da Violência Sexual do Centro Oeste

**CPIFCT/MS** – Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul

**CMDCA** – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS** – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

**DEAM** – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

**ESCA** – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

**IBISSICO** – Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PRF** – Polícia Rodoviária Federal

**SDH/PR** - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

**Seprotur** – Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo

### **Abreviaturas dos relatórios:**

**Relatório de observação participante - primeiro momento: RO1**

**Relatório de Entrevista aberta: RE**

**Relatório de observação participante – segundo momento: RO2**

**Relatório do colóquio “Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul”:** RCo

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Usinas presentes nos municípios do estudo	16
TABELA 2: Ranking da produção agrícola de Mato Grosso do Sul	29
TABELA 3: Produção de cana-de-açúcar (toneladas) dos principais estados produtores	29
TABELA 4: Área total cultivada com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul	29
TABELA 5: Crescimento populacional nos municípios do estudo	30
TABELA 6: Crescimento populacional em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande	30

## SUMÁRIO

<b>1. Apresentação</b>	10
<b>2. Construir a pesquisa é pesquisar</b>	12
2.1 Bases políticas para construção da pesquisa	12
2.2 Construção da interinstitucionalidade da pesquisa	14
2.3 Problema e objetivo da pesquisa: motivação negociada que moveu os pesquisadores	15
2.4 Os focos loco-globais observados e interagidos na pesquisa	16
2.5 Opção pela pesquisa qualitativa e a operacionalização da coleta de dados	17
2.6 Sistematização coletiva dos resultados e produção do relatório	22
2.7 Aspectos éticos da pesquisa	22
<b>3. Do que estamos falando</b>	24
3.1 O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil – antecedentes históricos	24
3.2 Situação do setor sucroalcooleiro atualmente e em MS	25
3.3 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: um conceito	30
3.4 Os grandes empreendimentos e a exploração sexual	34
<b>4. As transformações ocorridas no território</b>	37
4.1. Território	37
4.1.1 Os discursos sobre as alterações territoriais	38
4.1.2 Transformações do território e práticas sexuais de crianças e adolescentes	41
4.1.2.1 Usinas e configurações territoriais voltadas ao mercado sexual	41

4.1.2.2 Territórios e produção de ideias	45
<b>5. As pessoas</b>	<b>49</b>
5.1 Trabalhadores das usinas	49
5.2 Trabalhadoras sexuais	52
5.3 Práticas sexuais de crianças e adolescentes	54
5.3.1 Práticas sexuais com pagamento material sem intermediários	55
5.3.2 Práticas sexuais intermediadas e com pagamento material	56
5.3.3 Práticas sexuais com pagamento material e/ou simbólico	59
5.3.4 Violações de direitos e abrigo	60
5.4 Exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção	63
<b>6. Aprendizados com a pesquisa</b>	<b>65</b>
<b>7. Referências</b>	<b>68</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório é referente ao estudo *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em MS*. Esta pesquisa é parte do projeto Fortalecimento do Comcex-MS (Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e de Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes), que é composto por outros cinco estudos, além de ações de articulação diversas. O projeto foi financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e desenvolvido pelo IbisSICO (Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste) e parceiros diversos.

O Comcex-MS, criado em 23 de abril de 1997, é a instância estadual da temática da violação de direitos humanos sexuais infanto-juvenis. As ações do Comitê são orientadas pelos seis eixos convencionados nacionalmente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de situação, prevenção, defesa e responsabilização, atendimento, mobilização e protagonismo infanto-juvenil. A coordenação do comitê se dá de forma colegiada, composta por representantes da sociedade civil e de instituições governamentais.

Além do presente estudo, o projeto Fortalecimento do Comcex realizou pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nos seguintes espaços: sete municípios de MS cortados pela rodovia BR-163; nas cidades de MS que estão na linha de fronteira Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai; em territórios indígenas demarcados em Amambá e Caarapó; em regiões de transporte e turismo fluvial (no caso, Corumbá e Porto Murtinho); e em municípios de MT, onde existiu intensa atividade de garimpo.

A realização deste estudo específico se deve à necessidade de debater, em todas as frentes possíveis, os impactos do setor sucroalcooleiro. Como historicamente acontece, debates desse tipo são provocados pela sociedade civil organizada. No que tange aos direitos humanos de crianças e adolescentes, que têm sido, em geral, ignorados nos meios oficiais e midiáticos quando o assunto é a expansão do segmento de açúcar e álcool, o debate precisa ser fomentado por atores sociais que atuam na promoção e defesa desses direitos.

Ao serem entrecruzados e analisados, os dados coletados neste estudo oferecem indicativos importantes para o desvelamento dos impactos provocadas pela expansão do setor sucroalcooleiro sobre direitos sexuais de crianças e adolescentes. O caminho para se estabelecer essas relações não corresponde a uma reta de causa-efeito. É um caminho

que tem como pressuposto que as condições materiais (como as transformações materiais provocadas pela instalação e presença de usinas) provocam a produção e fortalecimento de idéias (como as relativas às atividades sexuais de crianças e adolescentes), as quais se manifestam nas práticas sociais (como ofertar adolescentes a clientes mais exigentes em um contexto de intenso movimento do mercado sexual).

Para investigar essas relações complexas, foram elencados cinco municípios sul-mato-grossenses, que abrigam usinas e consideráveis áreas de plantio de cana-de-açúcar. Esses municípios são: Sidrolândia, Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante. Apenas nesses cinco municípios, funcionam nove usinas de cana-de-açúcar, o que corresponde a 42% da totalidade de usinas no Estado. Os dados, nesses municípios, foram levantados durante três meses, de 14 de abril a 10 de julho de 2009. Também compôs a pesquisa de campo um colóquio, realizado em Rio Brilhante. Nesse encontro, diversos atores sociais dos municípios pesquisados discutiram os impactos do avanço do setor sucroalcooleiro em seus territórios.

## 2. CONSTRUIR A PESQUISA É PESQUISAR

“Fazer pesquisa constitui um processo de trabalho complexo que envolve teoria, método, operacionalização e criatividade. (...) Ser pesquisador é também estar integrado no mundo: não existe conhecimento científico acima ou fora da realidade. Mesmo um tema tão árido como método de investigação está altamente imbricado com o contexto social e histórico.” (MINAYO, 2008, p. 19)

### 2.1 Bases políticas para a construção da pesquisa

A pesquisa “Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes” tem sua base de sustentação política exatamente nos sujeitos coletivos que estão envolvidos com a defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e enfrentamento da violência sexual. Ou seja, a sua necessidade nasceu de um conjunto de vontades e comprometimentos de pessoas, colegiados e organizações da sociedade civil e governamentais, não se tratando, pois, de estudo acadêmico para quaisquer titulações individuais, mas, de um procedimento científico motivado pela realidade que precisa de intervenções coletivas sob o manto dos direitos humanos.

Em Mato Grosso do Sul, as primeiras mobilizações de enfrentamento da violência sexual datam dos anos de 1990<sup>1</sup>, sendo que o Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes (COMCEX<sup>2</sup>) tem seu registro em 1997. Em 1998, nasce a Comissão Interestadual de Enfrentamento da Violência Sexual do Centro-Oeste (CIRCO<sup>3</sup>), com a participação dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, atuando em âmbito regional.

No Brasil, em 2000, tivemos o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Cometida Contra Crianças e Adolescentes<sup>4</sup>, que é monitorado pela

---

<sup>1</sup> Conforme folder da CIRCO, o enfrentamento coletivo da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes teve seu marco histórico com as denúncias feitas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, no ano de 1992. Em 1996, com o seminário promovido pelo Fórum DCA-MS, apoiado pelo UNICEF, origina-se a pesquisa “Turismo Sexual e Prostituição infantil”, que contribuíram para o fortalecimento da discussão sobre projetos de desenvolvimento e exploração sexual de crianças e adolescentes.

<sup>2</sup> O COMCEX é a instância estadual, sendo ponto focal do Comitê Nacional e câmara temática do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente.

<sup>3</sup> Essa instância de articulação teve seu primeiro encontro em maio de 1998, e foi construída com o intuito de fortalecer e integrar as redes, ações e políticas de enfrentamento na Região Centro-Oeste.

<sup>4</sup> O Plano foi elaborado em junho de 2000, durante o Encontro Nacional ocorrido em Natal (RN). Ele consolida o processo, no qual foram definidas, por meio de consensos entre diferentes setores e segmentos, as diretrizes gerais para uma política pública de enfrentamento da violência cometida à sexual infanto-juvenil.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. No mesmo período, foi criado o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e colegiados estaduais, que têm agendas e planos de ação, todos os quais revistos em diferentes períodos<sup>5</sup>.

Em 2008, na sua agenda de mobilização social, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA<sup>6</sup>), com incidência política do Comitê Nacional, aprovou uma das diretrizes de financiamento da política nacional dos direitos de crianças e adolescentes – apoio a projetos de fortalecimento dos comitês e articulações estaduais, regionais e nacional –, abrindo um edital público. Em Mato Grosso do Sul, a coordenação do COMCEX-MS, com seu Plano Estadual, prevendo estudos e pesquisas vinculados às grandes obras, de imediato, construiu a ideia política do projeto de fortalecimento do colegiado<sup>7</sup>, buscando o Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável do Centro-Oeste (IBISSICO) para ser o proponente do projeto.

Na sua história de compromisso com os direitos humanos, o IBISSICO participa da Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul (CPIFCT/MS<sup>8</sup>) surgida em 1993. Uma das áreas com maior incidência do trabalho deste colegiado é o setor sucroalcooleiro, que tem um volume significativo de denúncias pelo descumprimento de suas obrigações legais com os trabalhadores e com diversos casos de trabalho reduzido à condição análoga a de escravo e questões ambientais<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> O Comitê foi composto inicialmente por organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Em 2008, passa a ser composto também por organismos do Governo Federal.

<sup>6</sup> O CONANDA é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal tendo sido criado pela Lei n. 8.242.

<sup>7</sup> Ficou a cargo da SPDCA a operacionalização desta deliberação e o Comitê Nacional divulgou amplamente o edital entre os pontos focais regionais, estaduais e demais colegiados.

<sup>8</sup> Junto a CPI/FCT, o IBISSICO atua nos recortes de gênero e geração, levando em conta as diferentes denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes

A Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul foi criada para investigar as denúncias referentes às condições insalubres e irregulares vividas pelos trabalhadores em carvoarias. A Comissão desenvolve suas atividades unindo esforços entre órgãos públicos e sociedade civil organizada, visando prevenir, fiscalizar e erradicar as irregularidades nas condições de trabalho no Estado, especialmente no que se refere à mão-de-obra infantil.

<sup>9</sup> A Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul foi criada para investigar as denúncias referentes às condições insalubres e irregulares vividas pelos trabalhadores em carvoarias. A Comissão desenvolve suas atividades unindo esforços entre órgãos públicos e sociedade civil organizada, visando prevenir, fiscalizar e erradicar as irregularidades nas condições de trabalho no Estado, especialmente no que se refere à mão-de-obra infantil.

A temática da exploração sexual e setor sucroalcooleiro surgiu, desta forma, com fortes bases políticas de mobilização de colegiados. Nesse sentido, a pesquisa possibilitou construir as alianças necessárias para que o projeto fosse elaborado por muitos sujeitos e sujeitas coletivas compostas por pessoas comprometidas com a temática.

## **2.2 Construção da interinstitucionalidade da pesquisa**

As diferentes demandas para esta pesquisa, emanadas pelos diferentes sujeitos coletivos, impuseram à coordenação da mesma a edificação de uma rede de apoiadores institucionais. Se, de um lado, a legitimidade do estudo estava posta, de outro, a complexidade da temática levou à construção de termos de cooperação entre as organizações. É possível afirmar que a própria pesquisa já se constituiu num processo de articulação de uma rede de organizações que terão, a partir da pesquisa, um novo espaço de ações coletivas.

Por meio de um convênio celebrado entre a SDH/PR e o IBISSICO, houve a possibilidade de contratação de uma coordenação técnica para a pesquisa, sendo a coordenação política realizada pelo COMCEX-MS. A existência conjunta de coordenações técnica e política se justifica pela compreensão dos envolvidos acerca da indissociabilidade dessas duas ações. Mais do que isso, os percursos metodológicos indicavam a necessidade permanente de revisitar a realidade das instituições e colegiados de forma a garantir que obstáculos à coleta de dados fossem sendo permanentemente discutidos e encaminhados, bem como a atualização das temáticas ocorresse durante todo o processo.

Dentre as formalizações, tem destaque o convênio celebrado com a CPIFCT/MS e com a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfancia) do Ministério Público do Trabalho (MPT) (anexo 2).

A Comissão Permanente e a Coordinfancia colaboraram, fundamentalmente, para a coleta de dados no primeiro momento de estada em campo, facilitando significativamente o acesso do pesquisador às usinas, bem deslocando pessoas dessas organizações que conheciam a realidade dos territórios. Conjuntamente, foi possível a formulação das estratégias para os contatos e para as coletas dos dados em campo, análise dos dados e discussão na oficina de sistematização. O conhecimento da realidade do setor sucroalcooleiro – especialmente no que se refere às condições de

talho, infraestrutura nos municípios e dados sobre a cadeia produtiva do álcool – foi fundante em todo o processo da pesquisa.

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser foi importante na cessão de uma pesquisadora com os fundamentos da saúde pública e de espaço físico para a realização de atividades coletivas dos pesquisadores como os seminários, oficinas, capacitações e outros eventos.

Equalizar os conhecimentos advindos dos diversos coletivos constituiu-se num momento importante de interinstitucionalidade e de intersetorialidade dos campos da ciência, rede de contatos e complexidade de visões sobre a realidade estudada, que gerem “[a] tessitura de uma abordagem integradora de saberes ou na interseção entre disciplinas, que permita analisar as partes sem perder de vista a reconstrução de sua inserção na totalidade” (RIGOTTO, 2008, p. 31).

A elaboração formal do projeto de pesquisa – desta maneira, uma exigência político, científica e administrativa – respondeu a diferentes sujeitos, olhares e conhecimentos e, por isso, tornou-se um projeto operacionalizador de múltiplas demandas e de compromissos. Para estes a pesquisa significa um instrumento balizador de novas práticas em políticas públicas, que já estão engendradas em seus planos de ação. Para o conjunto da sociedade gloco-local a possibilidade de aproximação e apropriação de conhecimentos capazes de provocar inquietações e novas possibilidades de atuação na garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.

### **2.3 Problema e objetivo da pesquisa: motivação negociada que moveu os pesquisadores**

A razão deste estudo, que conjugou diferentes demandas, foi provocada pela sociedade civil como historicamente acontece. Quando o assunto é a expansão do segmento de açúcar e álcool, os meios oficiais e midiáticos têm ignorado a temática dos direitos humanos de crianças e adolescentes, sendo ainda incipiente o debate fomentado por atores sociais que atuam na promoção e defesa desses direitos.

O estudo partiu do seguinte **problema**: *“Como as transformações provocadas pela expansão da cadeia produtiva sucroalcooleira impactam na exploração sexual de crianças e adolescentes?”*

Essa questão se funda na consideração de que os grandes empreendimentos alteram significativamente as dinâmicas das localidades por onde avançam. O problema

possibilitou pensar o estudo e traçar como **objetivo geral** “*compreender as relações entre as transformações provocadas pela presença da cadeia produtiva da cana e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul*” e os **objetivos específicos** “descrever a dinâmica do comércio sexual de crianças e adolescentes para atender à demanda criada pelas mudanças decorrentes da implantação de usinas sucroalcooleiras” e também “Verificar a compreensão dos atores da rede de atenção e de outros moradores da comunidade quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes.”.

#### 2.4 Os focos loco-globais observados e interagidos na pesquisa

Para investigar essas relações complexas, foram elencados cinco municípios sul-mato-grossenses, que abrigam usinas, destilarias e consideráveis áreas de plantio de cana-de-açúcar. Esses municípios são: Sidrolândia, Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Rio Brillhante. Apenas nesses cinco municípios, funcionam nove usinas, o que corresponde a 42% das 21 existentes no Estado, sendo que as empresas da região pertencem a grandes grupos, com predomínio da Louis Dreyfus Commodities, com três usinas, e da Organização Odebrecht, com duas unidades [Tabela 1].

**Tabela 1: Usinas presentes nos municípios do estudo**

<b>Município</b>	<b>Usina</b>	<b>Grupo</b>
Maracaju	Maracaju	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Maracaju	Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.	Tonon Bioenergia
Nova Alvorada do Sul	Agro Energia Santa Luzia I	ETH/ Organização Odebrecht
Nova Alvorada do Sul	Santa Fé	Safi Brasil Energia
Nova Andradina	Santa Helena	Energética Santa Helena Ltda.
Rio Brillhante	Rio Brillhante	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Rio Brillhante	Passatempo	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Rio Brillhante	Usina Eldorado Ltda.	ETH/ Odebrecht

Sidrolândia

CBAA/Sidrolândia

Cia. Brasileira de  
Açúcar e Álcool e  
Agrisul/ Grupo J. Pessoa

Fontes: Seprotur e BioSul/MS

Grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar, provocam alterações significativas nos locais onde se instalam. Impactos ambientais e sociais (sobretudo, no que se refere às condições de trabalho) são os mais enfatizados pelos que veem na expansão sucroalcooleira não apenas crescimento econômico.

Entretanto, além desses impactos, há outros que reivindicam atenção, entre os quais os que se relacionam à violação de direitos humanos sexuais de crianças e adolescentes. Essa atenção é imprescindível a pessoas e grupos que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos infanto-juvenis.

## 2.5 Opção pela pesquisa qualitativa e operacionalização da coleta de dados

A primeira demanda da curiosidade pública, mais especificamente quando nos reportamos à imprensa, a respeito da relação entre exploração sexual de crianças e adolescentes e o setor sucroalcooleiro, é a dúvida quanto a existência do problema. No caso de reconhecimento desta, as questões imediatas se referem ao número de pessoas envolvidas, às rotas e aos casos. A opção em fazer uma pesquisa para responder o *como*, mesmo não desconsiderando o *quanto*, refere-se principalmente a três idéias que guiaram todo o processo:

1. A existência da exploração sexual já é um problema, e sua magnitude está dada mesmo que houvesse apenas um caso, ou, mais radical ainda, o risco de sua existência;
2. Quando apenas contam o número de casos de crianças e adolescentes com direitos violados não se sabe *como* enfrentar os problemas em suas múltiplas dimensões.
3. O número, conforme a sua grandeza, gera, no senso-comum, sentidos de impotência e/ou de fatalismo diante da problemática.

A pesquisa quantitativa remete à facilidade da classificação, segmentação e análise de dados já bastante conhecida e, muitas vezes, com mais respeitabilidade nos meios científicos. Assim, optar pelo método qualitativo desafia a linearidade das análises, colocando-se à disposição da complexidade dialética e do comprometimento com a análise sócio-histórica. Corroborando com essa perspectiva, Minayo registra os consensos da Conferência Mundial de Budapeste:

A ciência deve estar a serviço de toda a humanidade; (b) a ciência deve contribuir para o conhecimento mais profundo da natureza e da sociedade; (c) a ciência deve contribuir para a qualidade de vida e para criar um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras (Unesco & Icsu, 1999 apud MINAYO, 2008, p.18).

A autora, ao discutir a questão do conceito de metodologia, instiga não se prender às abordagens apenas teóricas que para ela “*não chegam a enfrentar a prática de pesquisa*” e nem às “*concepções que consideram o labor da investigação como uma tecnologia neutra, isenta, a ser dominada e aplicada indistintamente e independente dos pressupostos teóricos que a sustentam.*” (1998. p 22). O método teria uma função fundamental que seria o de tornar verossímil a abordagem da realidade a partir das perguntas feitas pelo pesquisador. Ao se trabalhar em uma proposta de investigação e durante as etapas de uma pesquisa, o investigador trabalharia com o reconhecimento, a conveniência e a utilidade dos métodos disponíveis, em face do tipo de informações necessárias para o cumprimento dos objetivos de trabalho.

Nesse sentido, a utilização de metodologia de pesquisa qualitativa, para Minayo, é entendida como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inseparáveis dos atos, das relações e das estruturas sociais dos mais variados grupos pesquisados. A autora descreve o método qualitativo como sendo aquilo que se aplica ao estudo da história, das representações, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. As pesquisas qualitativas são responsáveis por demarcar um espaçamento capaz de ampliar e compreender as articulações da realidade social e, portanto,

(a) devem ser contextualizadas permitindo distinguir as visões dominantes das outras formas de pensar a realidade [...] (b) devem levar em conta a

origem e historicidade dos fatos sociais e dos grupos que estão sendo estudados; (c) devem incluir os espaços formais [...] como matrizes essenciais da cultura da família, da vizinhança, [...], mas também percebê-los como sendo permeados por esse mundo da vida; (d) devem considerar espaços ao mesmo tempo de consensos e de conflitos, contradições, subordinação e resistência, tanto as unidades de trabalho [...] como a casa, [...] a política, como a religião. (MINAYO, 2008, p 30).

A opção metodológica coaduna com uma crescente tendência das ciências sociais no mundo que, como afirma Minayo,

[...] vem ocorrendo por vários motivos que se conjugam, dentre os quais (a) a forte emergência da questão social, (b) ressaltada pelos processos de exclusão e pela elevação da consciência dos direitos dos diferentes atores sociais e (c) pela crítica interpares que cresce com o aumento da produção científica utilizando essa abordagem (MINAYO, 2008. p.62).

A opção metodológica impôs à pesquisa um processo que agregou epistemologia e instrumentos operativos. A aproximação com o território de conhecimento foi indissociável com o aprofundamento dos conhecimentos dos próprios pesquisadores e dos sujeitos coletivos participantes da pesquisa.

Para Minayo, fazer pesquisa constitui um processo de trabalho complexo que englobaria método, operacionalização e criatividade, devendo possuir um nível de atuação metódica e universal, permitindo a comparação de processos e de resultados, sendo o pesquisador alguém integrado no mundo:

não existe conhecimento científico acima ou fora da realidade. Mesmo um tema tão árido como método de investigação está altamente imbricado com o contexto social e histórico. Não existe “uma metodologia” interna que possa eximir o investigador dos significados atuais, para o bem e para o mal, do conceito da *Sociedade do Conhecimento*. Grupos e pessoas estão sob a mira de um desafio: ou experimentam vôos de águias ou se contentam com o conservadorismo que corrói a energia das instituições. (MINAYO, 2008, p 19)

A possibilidade de proporcionar o encontro de pesquisadores com conhecimento sobre exploração sexual de crianças e adolescentes e/ou sobre o setor sucroalcooleiro refletiu não somente na troca de saberes, como também na construção de liames capazes

de fortalecer as ilhas de segurança temática e socializar saberes com os demais. Assim, os pesquisadores se constituíram também como sujeitos da pesquisa – as teorizações da realidade foram costuradas com as experiências e conhecimentos dos pesquisadores, mergulhados no próprio contexto da pesquisa e impactados pelas transformações do setor sucroalcooleiro.

A equipe da pesquisa foi formada por homens e mulheres, sendo que apenas os primeiros – e com identidade de gênero masculina – tiveram acesso a territórios atribuídos socialmente para a prostituição. A circulação de informações, sentimentos e emoções entre os integrantes da equipe possibilitou um processo de ressignificação para o grupo, especialmente no que se refere às concepções morais e maniqueístas culpabilizadoras dos sujeitos.

Antes de iniciarem a execução do estudo, os pesquisadores realizaram um curso de capacitação acerca do tema exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre conteúdos gerais de pesquisa qualitativa com o apoio de professores de universidades e representantes de movimentos sociais. Os temas das capacitações foram: Introdução à pesquisa com desenho qualitativo utilizando a técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo; Treinamento em Pesquisa Qualitativa; e Contexto das pesquisas sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

A coleta de dados qualitativa ocorreu através dos seguintes instrumentos operativos:

a) Observação participante por meio da circulação e permanência de pesquisadores em lugares com intensa mudança demográfica e especialmente boates e bares, estações rodoviárias e imediações, postos de combustíveis, praças e ruas com concentração de pessoas. As abordagens aconteceram em diferentes horários (diurno e noturno) e não foram registradas quaisquer identificações pessoais. Os retornos aos mesmos locais também ocorreram em períodos diversos<sup>10</sup> visando captar a dinâmica da mobilidade nos territórios. Em todas as inserções sistematizadas, os pesquisadores procuraram se inteirar da realidade dos locais, realizando, além das observações, conversas informais com os diferentes sujeitos, tanto abordando-os quanto sendo por eles abordados. Em ambas as situações, identificavam-se como pessoas que estavam nessas localidades para melhor conhecer a região, tratando de temas

---

<sup>10</sup> Esses períodos eram referentes aos ciclos do processo produtivo do setor sucroalcooleiro e circulação financeira na região.

como a presença das destilarias, e a existência de crianças e adolescentes na exploração sexual, tomando o cuidado de evitar nomenclaturas em relação ao problema. Após cada espaço de observação, os pesquisadores faziam todas as anotações em seus diários de pesquisa e estes eram transformados em relatórios de observação por localidade.

b) Entrevistas abertas, geralmente de forma coletiva, com a colaboração, em alguns momentos, de membros da CPIFCT/MS e da Coordinfância do MPT. Foram realizadas entrevistas com profissionais de CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), Conselhos Tutelares, Secretarias de Assistência Social, Delegacias de Polícia Civil, abrigos. Com estes sujeitos, as entrevistas giraram em torno da temática sucroalcooleira e serviços públicos citados. Os trabalhadores do setor sucroalcooleiro foram abordados em seus locais de trabalho. Nesse caso, as entrevistas foram realizadas com o objetivo de perceber possíveis relações entre a situação de trabalho e de vida do trabalhador, provocadas pelas características contratuais e produtivas das usinas, com a geração de condições para a formação de demanda ao mercado sexual. Neste momento, as entrevistas oportunizaram um espaço de fala dos trabalhadores, permitindo expressões de sentimentos, rotinas, afetividades, descanso e lazer.

c) A coleta de dados foi aprofundada no colóquio<sup>11</sup> *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS*, realizado em Rio Brilhante. Estiveram presentes 45 pessoas de entidades diversas: Conselhos Tutelares, CREAS, CAPS, Executivos municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e também os pesquisadores e possibilitou a externalização de discursos de pessoas que, de alguma forma, atuam na atenção aos direitos de crianças e adolescentes e que estão no território de maior incidência de transformações provocadas pela presença do setor sucroalcooleiro em MS. As questões geradoras do colóquio foram: 1) Desde quando o setor

---

<sup>11</sup> Colóquio - Substantivo masculino derivado da palavra latina *colloquium*, que significa conversação. Mas, não uma conversação qualquer. Nela, supõe-se que todos os participantes utilizem uma linguagem inteligível a todos. Ninguém ensina, mas todos aprendem, pois consiste numa troca respeitosa de experiências sobre um determinado assunto. Não existe hierarquização.

sucroalcooleiro está presente no seu município? 2) Que mudanças o setor sucroalcooleiro trouxe para o município? 3) Por que as usinas vieram para o seu município? 4) Quais são as dificuldades para conhecer a realidade dos municípios na temática do setor sucroalcooleiro? 5) Como se caracteriza a exploração sexual de crianças e adolescentes no seu município?

Estes instrumentos de pesquisa não foram aplicados de forma estanque, e sim como um processo de complementação, onde todos os instrumentos operativos puderam contribuir entre si de forma permanente tanto na capacitação dos pesquisadores, coleta de dados e sistematização posterior. Neste sentido a operacionalização da pesquisa reflete um movimento de um processo para um determinado momento histórico que, ao retornar aos mesmos sujeitos e territórios, há que se considerar o devir.

## **2.6 Sistematização coletiva dos resultados e produção do relatório**

A redação deste relatório foi precedida de uma reunião de trabalho, que objetivou discutir os dados e sistematizá-los. Essa reunião foi realizada na Escola de Saúde Pública, em Campo Grande, no dia 17 de setembro de 2009. Em razão de seu objetivo, o encontro contou com participação de apenas sete pessoas: técnicos do Ibiss/CO e membros das entidades parceiras do estudo.

Durante a reunião, foram lidos os relatórios de campo e esboçados categorias de análise, usadas neste relatório.

## **2.7 Aspectos éticos da pesquisa**

A necessidade da ética na pesquisa deu-se desde o início da mesma. Elaborar o projeto e pensar na ética da pesquisa é um exercício, atividade de produção teórica importante, mas do ponto de vista ético, é muito menos desafiante do que a realidade. A ética, nesse tipo de pesquisa, exige um pensar e cuidados constantes.

O procedimento ético inicial correspondeu ao encaminhamento do projeto desta pesquisa para a Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), onde foi aprovado. Durante o trabalho de campo, os cuidados éticos tiveram como guia a Resolução 196/96, que normatiza as pesquisas com seres humanos.

Por motivações éticas, as identidades dos sujeitos de pesquisa e dos pesquisadores foram preservadas – os nomes foram substituídos por fictícios. Também não foram citadas as profissionais e/ou atividades dos entrevistados, as quais foram distribuídas em dois grupos: G.P. (gestores públicos) – para se referir aos que atuam institucionalmente na promoção de direitos de crianças e adolescentes; e S.L. (sujeitos locais) – para se referir às demais pessoas das localidades, que não exercem atividades institucionais de garantia de direitos de crianças e adolescentes. Os locais de trabalho do primeiro grupo serão designados como L.G.P. (locais de gestão pública). Mesmo no relatório que se refere ao colóquio realizado esses nomes também se encontram modificados, sempre visando manter as identidades dos sujeitos preservadas. Em relação aos nomes dos municípios e dos distritos do estado que foram pesquisados, estes também se apresentam no relatório apenas por números, para diferenciá-los.

Os casos de violação de direitos de crianças e adolescentes, levantados na pesquisa, já eram, na maioria das vezes, conhecidos na localidade, não se constituindo novidade para a rede de garantia de direitos, conforme constataram os pesquisadores. As situações de violações, que se constituíam novidades, eram imediatamente comunicadas pelos pesquisadores às pessoas da rede. Um cuidado constante dos pesquisadores foi o de comunicar as situações de forma trabalhada, sistematizada, para não agravar a situação das pessoas com os direitos violados. Além disso, o próprio relatório se configura em denúncia.

A socialização dos resultados da pesquisa passará por dois caminhos: 1) realização de audiências públicas nos municípios para apresentar e debater os resultados; 2) realização de uma reunião de trabalho entre representantes das entidades participantes da pesquisa e outras pessoas atuantes na promoção de direitos da criança e do adolescente para debaterem estratégias de encaminhamentos dos resultados, com a preocupação de evitar represálias aos envolvidos nas situações de violência.

### **3. DO QUE ESTAMOS FALANDO**

#### **3.1 O cultivo da cana-de-açúcar no Brasil – antecedentes históricos**

A origem provável da cana-de-açúcar data de seis mil anos A.C. em regiões próximas à Índia, sendo que era utilizado como tempero ou remédio. Durante o século XII, o açúcar chegou à Europa através do contato com o oriente e seu uso passou a ser expandido, principalmente após o século XV, quando novas bebidas, como café e o chá passaram a ser adoçados com açúcar. Em 1493, com a expansão européia na América, iniciou-se o cultivo da cana-de-açúcar nas Antilhas, e, em seguida, em outras regiões próximas.

Historicamente, o cultivo da cana-de-açúcar tem sido amplamente explorado no Brasil, desde a chegada dos portugueses. O produto, sendo considerado de alto valor comercial na Europa, e necessitando de um local onde fosse produzido, encontrou no Brasil um clima e solo férteis, além da “possibilidade” do uso compulsório do trabalho do indígena e, posteriormente, da escravização dos africanos. Também havia a visão dominadora européia da existência abundante de terras, o que ajuda a compreender a instalação do sistema de sesmaria. No entanto, como é sabido, essas terras já eram habitadas pelos indígenas, fato desconsiderado na “distribuição fundiária” imposta pela Coroa Portuguesa. Esse modelo, composto pela escravização e latifúndio, favoreceu as condições para a ocorrência da monocultura, elemento que completa o modo de produção açucareira no Brasil. De acordo com Prado Junior,

A cultura da cana somente se prestava, economicamente, às grandes plantações (...) a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não poderia subsistir. (2004, p.33).

A “abundância de terra fértil” e a “disponibilidade de trabalhadores” (evidentemente, numa perspectiva eurocêntrica e colonizadora) para o trabalho nos canaviais fizeram com que o Brasil rapidamente se tornasse o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, sendo os estados da Bahia e Pernambuco os que mais produziam, devido a inúmeros fatores, como, por exemplo, de se encontrarem mais próximos dos portos europeus, e da rota do tráfico de escravos, que foram intensamente explorados. A

mão-de-obra indígena também foi utilizada, sendo considerada “*de boa estatura, gente mui formosa e bastante mansa*” (Galeano, 1989, p 25).

Intrínseca a esse modelo, está a despreocupação com o meio ambiente. Essa problemática, que ainda existe nos atuais projetos de desenvolvimento, tem suas origens no modelo de colonização do Brasil. Como observa Prado Júnior (2000), havia a ideia generalizada de imediatismo na produção: via-se a natureza como fornecedora inesgotável de recursos em abundância. Afirma o autor:

Tudo isto faltou ou não foi possível realizar nos trópicos quando se começaram a explorá-los. A produção contou neles, unicamente, com os recursos naturais abundantes, com a exuberância da vegetação e as reservas secularmente acumuladas num solo virgem. Mas tudo isso estava fadado a se esgotar. Nos primeiros séculos da colonização não foi percebido que se estava desbaratando um capital, e não apenas colhendo os seus frutos. Não se percebeu ou não havia inconvenientes imediatos: sobrava o espaço (PRADO JUNIOR, 2000, p. 139)

Esse modelo de produção, baseado na exploração de seres humanos e da natureza, é fundamental para se compreender a intensa concentração fundiária e o grau de pobreza existentes, ainda hoje, no Brasil. Mesmo com a implantação de outros cultivos, como o café, por exemplo, e a instalação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que oficialmente registrou o fim da escravidão<sup>12</sup>, percebe-se que essa produção continua com características semelhantes às daquelas do início do século XVI, pois, no cultivo da cana-de-açúcar, ainda prevalece a existência de grandes extensões de terra, da monocultura e da utilização de mão-de-obra, que possui características por vezes semelhantes às do período escravocrata.

### **3.2. Situação do setor sucroalcooleiro atualmente e em MS**

Os problemas ambientais e a desproporção entre o aumento da demanda de energia e a redução das reservas de combustíveis fósseis fazem com que o mercado altere a matriz energética mundial, colocando em evidência os biocombustíveis. O

---

<sup>12</sup> É preciso assinalar que, na prática, a Lei Áurea foi inócua no que tange à melhoria de vida dos negros. Além de não prever condições para o negro liberto gozar sua nova condição, a lei apenas atende às necessidades comerciais em curso no mundo de então (trata-se do auge da Revolução Industrial) e oficializa uma situação inevitável: a transição do trabalho escravo para o assalariado.

Brasil se insere nesse cenário com a produção de formas diversas de agroenergia, com destaque ao etanol proveniente da cana-de-açúcar. Internamente, o mercado do etanol já estaria consolidado<sup>13</sup> e o país busca, através do incentivo da expansão da atividade sucroalcooleira em países da África e da América Latina, criar uma oferta estável e assegurar a consolidação externa<sup>14</sup>.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar se torna a cultura do momento do agronegócio brasileiro. A monocultura da cana se expande de São Paulo para seus estados vizinhos (Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul). No caso de Mato Grosso do Sul, essa expansão ocorre a partir dos municípios do sul. No Estado, a área total cultivada com cana atingiu 425.539 hectares na safra 2009/10, aumento de 36,95% em relação aos 310.711 hectares da safra anterior conforme mapeamento de imagens via satélite realizado pelo projeto Canasat.

Inúmeros são os motivos da expansão do setor sucroalcooleiro no Estado. Dentre eles, estratégias adotadas por empresas para consolidarem suas inserções no mercado em um momento do capitalismo globalizado, que acirra as disputas em escala mundial. Para Rigotto uma das estratégias é

[m]udar a localização e a organização espacial da empresa, resguardando-se das exigências de um novo urbanismo e da reforma ecológica, em busca de vantagens como solo barato, vantagens fiscais, mão-de-obra barata e dócil (*dumping* social). Estes deslocamentos podem ser desde intramunicipais a intercontinentais. (2008, p 76)

Junto a um cenário que articula a sofisticação tecnológica e o deslocamento espacial busca-se também a presença dos chamados trabalhadores “flexíveis”, que, no caso do setor sucroalcooleiro, estão, em geral, “*encobertos no mercado informal de*

<sup>13</sup> Um termômetro importante para verificar o avanço interno do mercado de etanol é o comportamento do comércio de veículos flex, que utilizam gasolina e/ou etanol. Em 2009, foram vendidos, no Brasil, 2,6 milhões de veículos flex, alta de 13,9% em comparação a 2008 conforme números da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) – esse volume representou 92% do total de veículos vendidos no país no ano passado.

<sup>14</sup> O relatório “O Brasil dos Agrocombustíveis – Impactos das lavouras sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade – Cana 2009”, do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil, apresenta matéria sobre essa estratégia do Governo brasileiro. No texto, o coordenador de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Mapa Alexandre Strapasson argumenta que “para formar um mercado internacional, é preciso ter mais países ofertantes. Só assim vamos desenvolver um mercado futuro, com negociações em bolsa”. A matéria explicita que a estratégia brasileira fortalece a divisão histórica de papéis entre Norte e Sul, segundo a qual os países da África e da América Latina têm a incumbência de abastecer o mercado consumidor dos Estados Unidos e da Europa.

*trabalho, que atendem às variabilidades da produção a baixos custos.” (RIGOTTO, 2008, p 77)*

Em um comparativo com outros produtos agrícolas, a cana-de-açúcar assume, em Mato Grosso do Sul, liderança tranqüila em volume produzido. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de cana atingiu, no Estado, 36.520.000 toneladas na safra 2009, muito acima das 4.845.000 toneladas alcançadas, em igual período, pela produção de soja, que aparece em segundo lugar [Tabela 2].

### Brasil: Área de expansão do plantio de cana-de-açúcar



Fonte: Canasat

De todos os estados brasileiros, Mato Grosso do Sul é o que registra o maior avanço relativo na produção canavieira. Conforme o IBGE, o Estado continua na 5ª posição em quantidade absoluta de produção de cana, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás. No entanto, esses estados apresentam percentuais de avanço na produção inferiores aos registrados por Mato Grosso do Sul [Tabela 3]. Da safra 2009 para a de 2010, a produção de cana sul-mato-grossense passou de 29.792.853 toneladas para 36.520.000 toneladas, o que representa aumento de 22,58%. Esse é o maior índice do país.

Consonante ao crescimento da produção canavieira, verifica-se a expansão de usinas sucroalcooleiras em Mato Grosso do Sul. Até meados do ano passado, havia 14 usinas no Estado e hoje já são 21 unidades conforme a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur). Segundo projeção do Governo estadual, ainda neste ano, outras oito usinas estarão em funcionamento. A estimativa é de atingir produção de 2 bilhões de litros de álcool até o fim de 2010.

O aumento da produção de álcool é coerente com o projeto brasileiro de fomento da exportação de etanol. Na prática, esse projeto passa pela construção de um sistema de alcoolduto, coordenado pela Petrobras. Em sua página na Internet, a Petrobras afirma que a meta é atingir, em 2013, a exportação de 4,2 milhões de metros cúbicos de etanol. “Uma das ações para garantir a expansão do consumo interno e facilitar a exportação é a construção de um sistema de alcoolduto. Com ele, ligaremos os pontos de exploração, passando pelas refinarias de Paulínia e Duque de Caxias, aos terminais da Ilha d’Água, no Rio de Janeiro, e São Sebastião, em São Paulo. Outra ligação unirá cidades de Cuiabá e Campo Grande ao porto de Paranaguá (PR)”, afirma a Petrobras em sua página. Grupos empresariais têm demonstrado interesse pelo projeto – entre esses grupos, está a organização Odebrecht, que possui duas usinas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, através de seu braço no setor de etanol, a empresa ETH.

A corrida do etanol repercute em iniciativas do Governo estadual para atrair empresas sucroalcooleiras. Além de propagar que Mato Grosso do Sul está numa posição geográfica estratégica e possui terras e condições climáticas propícias para o plantio da cana-de-açúcar, o Governo oferece incentivos fiscais aos grupos empresariais do setor sucroalcooleiro que se expandem no Estado.

**Tabela 2: Ranking da produção agrícola de Mato Grosso do Sul – safra 2010**

#	Produto	Produção
1	Cana-de-açúcar (Toneladas)	36.520.000
2	Soja (Toneladas)	4.845.000
3	Milho (2ª Safra) (Toneladas)	2.460.208
4	Mandioca (Toneladas)	527.963
5	Milho (1ª Safra) (Toneladas)	362.250
6	Sorgo (Toneladas)	236.221
7	Algodão herbáceo (Toneladas)	150.000
8	Arroz (Toneladas)	146.400
9	Trigo (Toneladas)	62.976
10	Feijão (2ª Safra) (Toneladas)	17.967

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – fevereiro de 2010 - IBGE

**Tabela 3: Produção de cana-de-açúcar (toneladas) dos principais estados produtores**

UF	Safra 2009	Safra 2010	Variação (%)
São Paulo	400.539.320	395.729.252	-1,20
Minas Gerais	58.336.970	61.349.360	+5,16
Paraná	50.096.100	54.574.809	+8,94
Goiás	44.064.470	50.630.000	+14,90
Mato Grosso do Sul	29.792.853	36.520.000	+22,58

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Fevereiro de 2010 – IBGE

Como necessidade produtiva do setor, as áreas de plantio da cana-de-açúcar têm se expandido acentuadamente na região, de acordo com a Canasat. Excetuando o município de Nova Andradina (avanço de 17%), os municípios presentes neste estudo registraram crescimento da área com cana-de-açúcar superior à casa dos cem por cento em cinco anos. Em Rio Brillhante, onde estão instaladas três usinas, a área com cana quintuplicou, passando de 15.301 hectares na safra 2005/2006 para 75.708 hectares na safra 2009/2010 – o aumento relativo é de 394,79% [Tabela 4].

**Tabela 4: Área total cultivada com cana-de-açúcar em MS (hectares)**

Município	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	Avanço 2005 – 2010
Maracaju	16.307	17.574	19.389	25.092	33.245	103,86%
N. Alvorada do Sul	13.418	14.964	19.403	22.332	28.450	112,02%
Nova Andradina	18.559	17.881	20.341	22.593	21.473	17,15%
Rio Brillhante	15.301	22.187	36.400	59.453	75.708	394,79%
Sidrolândia	8.475	9.228	11.631	15.780	17.264	103,70%

Fonte: Canasat

Esses municípios também apresentam crescimento populacional muito acima da média do Estado. Conforme o IBGE, de 2000 a 2007, a população sul-mato-grossense passou de 2.078.001 para 2.265.274 habitantes, o que corresponde a crescimento de 9%. Nos municípios deste estudo, o aumento populacional alcança o teto de 62% no mesmo período. Com exceção de Nova Andradina, os municípios da pesquisa subiram de posição no ranking demográfico do Estado [Tabelas 5 e 6].

**Tabela 5: Crescimento populacional nos municípios pesquisados**

Município	População em 2000	População em 2007	Crescimento relativo	Movimentação no ranking populacional do Estado
Maracaju	26.219	30.912	17,89%	De 13° a 13°
Nova Alvorada do Sul	9.956	12.026	20,79%	De 51° a 44°
Nova Andradina	35.381	43.495	22,93%	De 10° a 7°
Rio Brillhante	22.640	26.560	17,31%	De 16° a 14°
Sidrolândia	23.483	38.147	62,44%	De 14° a 10°

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Tabela 6: Crescimento populacional em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande**

Estado e Capital	População em 2000	População em 2007	Crescimento relativo
MS	2.078.001	2.265.274	9%
Campo Grande	663.621	724.524	9,17%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

### 3.3 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: um conceito

Esta seção trata sobre o conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) que fundamenta as análises deste estudo. Esse conceito busca se situar na fronteira tênue entre a restrição e a abrangência demasiadas. Isso não significa que o lugar onde se encontra o entendimento de ESCA deste estudo é o único possível. No

entanto, seria o espaço conceitual capaz de apreender com relativa justeza as demandas vindas da realidade estudada conforme a compreensão dos envolvidos neste estudo.

O conceito de ESCA ora se apresenta abrangente ora, reduzido. Faleiros (2000), em citação feita por Santos (2007), observa que “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (Faleiros, 2000, p. 9 *apud* Santos, 2007, p. 121).

Se por um lado, o problema é visto sem atenção às suas especificidades, sendo tomado como qualquer forma de violação de direitos, por outro, pode ser percebido, no senso comum, como algo simplório, restrito à relação intersubjetiva (agressor e vítima). Esse quadro menor deixa fora de suas molduras componentes importantes para o entendimento da violação.

Mas o problema da redução do que é exploração sexual não é apenas da ordem do senso comum. Também pode se estender à própria ação teórica de conceituá-lo. Na busca de situar conceitualmente a exploração sexual, Santos (2007) critica o uso genérico dessa expressão, que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizante que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual. Toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros<sup>15</sup>, diferentemente de Santos, inclui no conceito de exploração sexual o trabalho sexual autônomo. Conforme ela, “*na exploração sexual do mercado do sexo, os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (na maioria das vezes informal) com os empregadores*”. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “*trabalho sexual autônomo*” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar,

---

<sup>15</sup> Em apresentação no Simpósio “Pesquisa, Extensão e o Enfrentamento da Exploração Sexual”, realizado em Goiânia nos dias 20 e 21 de agosto de 2009.

no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o desenvolvimento da sexualidade e as situações de vulnerabilidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações profundas dos meios onde vivem.

A atenção para as múltiplas facetas da ESCA, que podem ser entendidas como camadas associáveis que se movimentam das totalidades para as particularidades, aparece sistematizada, entre outros autores, em Libório (2007). A sistematização da autora é ampla, incluindo toda violência sexual. Essa amplitude, no entanto, permite situar a ESCA em um espaço importante para a compreensão das relações entre a violência de direitos sexuais de crianças e adolescentes e a presença de grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar. Libório (2007, p. 26) assim classifica suas categorias explicativas:

São elas: a violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional), a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares), aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/violência e violação de direitos.

Ao focar a atenção na “violência estrutural” (nos termos de Libório), este estudo não desconsidera outras categorias – pois não haveria como dissociá-las. Essa compreensão de que a violência ocorre simultaneamente em níveis minimiza a importância da prática sexual da criança e adolescente ser autônoma ou agenciada. Afinal, a relação não se estabelece apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja a exploração visível (na camada mais imediata) por parte de um agenciador, a criança e o adolescente continuam sendo explorados, pois devem ser consideradas as interferências de outras camadas.

Essas ponderações ajudam a perceber como crianças e adolescentes podem ser explorados sexualmente em locais impactados pela presença de grandes empreendimentos, como são as usinas de cana-de-açúcar – dimensão que se aproxima

da “violência estrutural” dentro das categorias de Libório – sem que haja a figura do agenciador ou pagamento explícito à criança ou ao adolescente pela prática sexual.

Há situações registradas em campo em que meninas<sup>16</sup> não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual. Trata-se de uma violação sexual que não é abuso, mas sem a ocorrência de uma transação comercial explícita, própria da ESCA. Nesses casos, percebeu-se que a relação de troca era de outra ordem: a “recompensa” pela prática sexual correspondia à provocação pelo autor de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais ao cotidiano das meninas com os direitos violados, o que suscita uma ilusão de *status*. Trata-se de um pagamento simbólico.

Por fim, deve-se dizer que essas duas dimensões – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. No espaço social capitalista, nos termos de Bourdieu (2005), pessoas e grupos se distanciam e se aproximam conforme seus capitais materiais e simbólicos. A ascensão no espaço social decorre do acumulado desses capitais. Para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo, ganho de capital material; ao homem em situação de cliente, principalmente, elevação de capital simbólico (será bem visto como *o homem, o macho*, em um contexto machista e adultocêntrico); intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material, sobretudo; e à criança e ao adolescente, como visto, retornos material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, à namorada de um homem de fora em posição superior aos garotos da localidade, etc.). É importante salientar que essas “elevações de *status*” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema.

A exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes se insere nas relações de trabalho e guarda regras muito parecidas com as demais cadeias produtivas. O que se agrega para compreensão desse mercado são as discussões ainda evitadas de tabu que giram em torno da sexualidade, que por vezes a exacerba e por vezes a esconde como forma de aumentar o valor do produto que, neste caso, são os prazeres da sexualidade. Nesse mercado de trabalho, mulheres, crianças, adolescentes, travestis e, mais recentemente, homens, são mercadorias e/ou produzem mercadorias.

---

<sup>16</sup> Foram encontradas apenas situações de violações envolvendo crianças e adolescentes do sexo feminino.

Assim, neste estudo, exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito aos relacionamentos sexuais, nos quais se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, podendo existir ou não intermediação para a prática sexual e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico.

### 3.4 Os grandes empreendimentos e a exploração sexual

A exploração sexual, entendida dentro da lógica capitalista, permite a compreensão abrangente, que considera, como fator importante para a ocorrência dessa violação de direitos, o estímulo ao consumo – não se trata, assim, de uma violência nascida simplesmente da divisão das classes sociais, mas, sim, da própria lógica do capitalismo, que transforma todas as pessoas em consumidores e em mercadorias.

A divisão de classe, no entanto, é importante para a compreensão de como os sonhos vendidos aos consumidores, os fetiches, vão também sendo fontes de apreçamento da própria mercadoria. Nesse sentido, o querer de cada criança e/ou adolescente inserida na globalização do consumo coloca preço nela e nos serviços que vai produzir no mercado sexual.

Bauman afirma que, no mercado de trabalho, a vida dos indivíduos é inscrita como produto: analisada, calculada, colocada em preço. No caso do mercado sexual, as mercadorias têm vida, ou seja, pessoas são avaliadas e apreçadas, inclusive pela condição de produzir mercadorias com maior valor de troca e possibilidade de lucro para os donos dos postos de trabalho. A não visibilidade do trabalho, especificamente nesse mercado, ocorre pelo nublamento moral imposto à sexualidade na maioria da sociedade brasileira e mundial<sup>17</sup>.

Nas diferentes cadeias produtivas podem-se perceber situações onde o trabalho formal e o informal ocorrem simultaneamente; o lícito e o não lícito caminham juntos, e no caso do chamado mercado sexual esse também está em diversos setores, se encontrando dentro, a serviço ou sendo um próprio ramo da economia. Sendo assim,

---

<sup>17</sup> SCANDOLA, Estela Márcia. Oferta, Demanda e Mercado Sexual: aprendizado de educadora. **Revista Conversação**: migração e tráfico de pessoas. Campo Grande, p. 4-7, dez. 2009.

está ligado à maneira em que a economia se comporta e é diretamente influenciado por ela. Em uma sociedade onde existem assimetrias e diferenças relativamente estáveis na distribuição e acesso a recursos de vários tipos, oportunidades, entre pessoas, instituições sociais o mercado sexual também se modificará e se adaptará as diversas situações, para se manter.

Seguindo os modelos de desenvolvimento que tem sido impostos e proclamados como aqueles que levarão à sociedade melhor qualidade de vida, ou o chamado progresso para o país, região, cidade e que age se materializando nos grandes projetos de infraestrutura e industrialização, agem sob uma ótica que está inserida dentro da visão capitalista, sendo baseada em relações diferenciadas de poder, pois, “*quando as relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, então a situação pode ser descrita como de dominação*” (RIGOTTO, 2008, p. 111 *apud* THOMPSON, 1995, p. 199).

Como as relações entre pessoas, classes sociais, nações são assimétricas, pegando a ideia de dominação, a força do discurso do desenvolvimento tende a ser maior, já que é uma fala proveniente justamente dos que, nessas relações desiguais, tem o poder. Por isso a discussão da exploração sexual nesse contexto tende a ser não problematizada, pois dentro dessas relações assimétricas é vista como algo menos importante, e muitas vezes não se faz a ligação, e nem é interessante que se faça, pois ao falar de impactos que o desenvolvimento causa, deve-se buscar uma saída, e isso não aparece como meta nos projetos desenvolvimentistas.

Esse seria na verdade um processo *des-envolvimento*, pois ao agir de maneira que visa tão-somente o interesse próprio, acaba por tirar a autonomia das pessoas para agir em seu território, para se envolverem com as pessoas e com seu local. Impõe ideologias que serão aceitas pela sociedade como sendo a salvação para os problemas de desemprego, miséria, saúde, mas que na verdade simplesmente aquietam a contestação, sem que haja de fato uma preocupação social, e no caso dos grandes empreendimentos como o do setor sucroalcooleiro, ambiental. No Brasil a ideia constante que vem sendo apresentada através das políticas públicas é justamente a construção de grandes obras, a geração de empregos através das mesmas, sem levar em conta primeiramente que cada destilaria, ponte, estrada, porto, siderúrgica ou hidrelétrica modifica as condições de vida e de sobrevivência das comunidades locais. Assim, como diz RIGOTTO,

(...) sob a cortina de um mundo globalizado, de uma suposta 'aldeia global' homogeneizada pela superação dos limites espaço/tempo, desvela-se um processo estruturalmente assimétrico, que designa papéis e limites específicos a cada povo, segmento social, país, região ou local, através da nova divisão internacional do trabalho, aprofundando as desigualdades intra e internacional, e entre os seres humanos. Desenvolvimento? (2008, p.79)

#### **4. AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO TERRITÓRIO**

A busca do entendimento da complexidade existente entre a instalação de um grande empreendimento (como são as usinas de cana-de-açúcar) e a promoção de condições favoráveis para o ingresso de meninas e meninos na prostituição passa pela própria concepção de sociedade. Caso a sociedade seja vista como uma entidade abstrata, estática e despossuída de humanidade, certamente não se notará relação entre mercado sexual e presença de usinas. No entanto, se a sociedade é compreendida como uma totalidade viva e em transformações constantes, resultantes das costuras dialéticas entre a produção da atividade material e a produção das idéias, será possível desvelar, em meio aos impactos provocados pela instalação e presença de usinas, a promoção de situação propícia ao desenvolvimento do mercado sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esta segunda compreensão da realidade social será o solo sobre o qual serão analisados os materiais coletados em campo. Esses materiais, condensados nos relatórios de campo e da atividade do colóquio, podem ser agrupados em discursos (entrevistas e conversas informais) e em observações dos lugares e pessoas conforme percebidos pelos pesquisadores. Esses dois elementos – discursos e realidades observadas – serão interpretados com o uso de três categorias elencadas para esse fim. São elas: território, fluxo de pessoas e práticas sexuais de crianças e adolescentes. Também será feito um deslocamento em direção ao debate sobre a atuação da rede de atenção à criança e ao adolescente.

##### **4.1 Território**

Toda transformação que acontece no mundo não acontece em outro lugar que não no próprio mundo. Essa aparente obviedade é importante para compreender que os impactos provocados por uma atividade econômica da magnitude de usinas de cana-de-açúcar (de grandes grupos) em pequenas localidades ocorrem em um espaço concreto, em um território. O sentido aqui atribuído a território não se limita ao suporte duro e palpável do espaço, mas se estende às representações, à produção de pensamentos, gestadas nas – e a partir das – mudanças materiais do território.

No livro, “Território, ambiente e saúde” que reúne um acúmulo de discussões teóricas e metodológicas sobre o assunto, a construção do espaço geográfico é considerada,

Uma contingência histórica do processo de reprodução social, geradora da necessidade de organização econômica e social e de um determinado ordenamento espacial. No processo de construção do espaço geográfico, a vivência e a percepção do espaço é marcada por afetividade e referências de identidades socioculturais. Nessa perspectiva, o homem é o promotor da construção do espaço geográfico e, ao imprimir valores a esse processo, confirma-se como sujeito social e cultural. (2008, p.25)

Esse entendimento de território se aproxima da construção trabalhada por Diógenes *et al.* (1998; 2008). Os autores cunharam a definição para servir de instrumento ao estudo que realizaram em Fortaleza-CE sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Afirmam:

Os territórios são campos concretos/simbólicos produtores de sentido e de práticas específicas da prostituição. O território, ao mesmo tempo em que se reporta a dimensões concretas, como o corpo e os espaços físicos e espaciais, ultrapassa-os, agregando dimensões relativas ao conjunto de relações, aos aspectos culturais e simbólicos e aos papéis desempenhados pelos atores específicos. O território é um mapa cultural (DIÓGENES, 1988, p. 18 apud DIÓGENES, 2008, p. 22-23).

#### 4.1.1 Os discursos sobre as alterações territoriais

Durante o colóquio “*Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em MS*”, realizado no município 5<sup>18</sup> em agosto de 2009, os participantes expuseram diferentes nuances das transformações territoriais decorrentes das instalações de usinas. As mudanças percebidas e os pensamentos a respeito dessas mudanças se mostraram correspondentes aos lugares representados pelos participantes. Seguem abaixo algumas falas, todas de gestores públicos:

---

<sup>18</sup> Por questões éticas não serão apresentados no relatório o nome dos municípios e distritos pesquisados. Esses se encontrarão com numerações a partir do número 1.

## G.P. – município 5.

Com as usinas, a gente percebe um aumento da população e uma demanda maior à escola, ao atendimento da saúde, ao atendimento social. Existe uma grande migração. Mas isso tudo não tem aumentado a criminalidade. Isso é um ponto positivo. Quanto à prostituição, não existe fiscalização; as meninas falsificam documentos. Mas a criminalidade a gente não vê... A usina, do lado positivo, traz emprego e desenvolvimento, mas a administração tem que ir junto. Tem que aumentar os atendimentos. (RCO)

## G.P. – município 4.

Em 8 [distrito de 4], a usina chegou há aproximadamente 25 anos. A gente percebe que a usina gera um problema social muito grande. E o poder público não acompanha com escola, nem nada... Também há casos de tráfico de drogas, exploração sexual... (RCO)

## G.P. – município 1.

O município e os gestores já absorveram a presença das usinas. Eles veem como coisa boa. A gente vê que as autoridades não querem nem discutir. Mas os problemas aparecem: aumentam os gastos com saúde, educação, porque tem uma população flutuante; as pessoas moram mal, amontoadas; a prostituição infantil aumentou de forma exorbitante e a assistência social não consegue fazer nada, não tem recursos. As pessoas não denunciam, as autoridades fazem vistas grossas, porque vai ter que apontar os culpados e ter que resolver... Os municípios realizam audiências pra discutir o assunto, mas ninguém aparece, as pessoas não se interessam. Só pensam no retorno financeiro que isso dá. (RCO)

## G.P. – município 1

A gente observa que houve um crescimento da cidade, há mais estrutura. Mas os problemas sociais são muito maiores; não só de prostituição infantil, mas de drogas, que são números muito alarmantes. As casas de reabilitação são particulares e as pessoas não têm recursos. Vai acumulando um monte de dificuldades para a rede por causa das migrações. Também aumenta a falta de estrutura das famílias. (RCO)

## G.P.– município 4

Após a instalação das usinas tudo piorou. Além de prostituírem, as adolescentes estão encarando isso como um trabalho mesmo... Também os alugueis são muito caros; não se acha casa pra alugar em Maracaju. Não há preocupação com o meio ambiente. Na educação, não tem vaga pra essas crianças. Os trabalhadores das usinas também usam drogas pra trabalhar. A droga mais usada é pasta base. (RCo)

G.P.

As usinas agravaram a questão do trânsito. Nós não temos recursos e ficou um caos a situação do trânsito, com acidentes graves com caminhões. Com relação à prostituição, a concentração é mesmo nas cidades, porque nos postos a gente visita, verifica, não tem. Vêm muitas meninas de Ponta Porã [fronteira com o Paraguai]. Tem outra coisa: quando acabam os contratos, as pessoas ficam perdidas pela cidade, às vezes só sabem trabalhar em usina, e ficam sem saber o que fazer. As cidades não têm estrutura pra receber essas pessoas, pra manter tanta gente. (RCo)

G.P. – município 5.

Em 5, havia problemas com moradia. Mas agora está diferente: aumentou o número de empregos. O governo incentiva, quer as usinas... Elas também fazem a sua parte. O município tem que cobrar, tem que ir atrás, tem modificações acontecendo. A nossa prostituição aqui é muito mais por conta do Paraguai e da rota de drogas. E aqui a prostituição infantil, o Conselho Tutelar está em cima. Na escola, não faltam vagas. Tem vagas pra todo mundo. Problemas nós temos muitos sim, mas onde você prioriza atender, muda. A saúde melhorou. Não há recursos, mas está melhor. Tem que cobrar das autoridades, tem que buscar parcerias em todos os poderes. Nós tivemos uma menina aqui de 13, 14 anos, que ganhou a Olimpíada de Português nacional. 5 é uma cidade muito feliz, porque todas as associações são unidas, e estão todas juntas. (RCo)

Dissonantes em pontos diversos e reveladoras ou não de preconceitos, os discursos se convergem num dado comum: as usinas trouxeram mudanças significativas aos municípios. A desproporção entre a pequenez da capacidade dos municípios e a grandeza das demandas geradas pelas usinas é flagrante em todas as falas. Um dos impactos importantes é o crescimento populacional<sup>19</sup>.

Mas as falas são também dissonantes. As discordâncias se despontam quando as considerações são sobre as características das mudanças relacionadas às usinas e as

---

<sup>19</sup> As alterações populacionais não são, evidentemente, resultantes apenas de um fator isolado (como a presença das usinas). No entanto, não se pode ignorar que as transformações locais concernentes às instalações de grandes usinas colaboram significativamente para o aumento da população. Um indicativo dessa relação é o fato de os municípios, onde foram instaladas usinas, registrarem avanço relativo no número de pessoas muito acima da média do Estado.

respostas dadas pelos gestores municipais. Percebe-se explicitamente na última fala – como também foi perceptível em comentários de alguns entrevistados em outros momentos do estudo – a necessidade de relacionar a presença das usinas com a promoção de benefícios à localidade. Nesse grupo discursivo, prostituição de adolescentes e transformações referentes a usinas não mantêm nenhum tipo de relação – em alguns desses discursos, sequer existiria adolescentes na prostituição.

Nos relatórios de campo, aparecem discursos que distanciam usinas e impactos negativos, especificamente os atinentes à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses discursos se movimentam em dois eixos estratégicos: um que desvencilha o empreendimento das pessoas vindas de fora (sobretudo, os trabalhadores), responsabilizando essas pessoas – e não a presença das usinas – pelas transformações negativas; e outro que não faz essa separação e busca isentar de qualquer responsabilidade usinas e pessoas de fora pelos malefícios. Os fragmentos abaixo ilustram essas duas estratégias discursivas. A primeira fala é de uma profissional de 1 e a segunda, de um profissional do município 4:

Com relação à presença de usina, ela afirmou: “Por conta do emprego é ótimo, porque antes tinham muitos homens que ficavam nas ruas sem emprego; agora trabalham nas usinas. Por outro lado, aumenta a violência, por causa das muitas pessoas que vêm de fora e são pessoas desconhecidas.” (RC-NAS)

\*\*\*\*\*

O G.P. responde: “Não tivemos nenhum caso envolvendo estes trabalhadores. Pode ser que venha a ter, mas não pelo fato de ter uma usina. Não vejo que tenha alguma relação o fato de termos usina aqui. Esperamos que não aconteça, mas se vier acontecer será por acaso”. (RC-M)

## **4.1.2 Transformações do território e práticas sexuais de crianças e adolescentes**

### **4.1.2.1 Usinas e configuração territorial voltada ao mercado sexual**

As transformações territoriais suscitadas e/ou impulsionadas pela presença de usinas, enquanto empreendimentos de grandeza muito além da capacidade de absorção de pequenos municípios, também concorrem para o fomento acentuado da oferta de serviços sexuais e, por conseguinte, para a entrada e a permanência de crianças e adolescentes na prostituição.

Esse tipo de impacto foi mencionado nos discursos da maior parte dos sujeitos de pesquisa e em falas informais de moradores. Fortes indicativos desse impacto também foram notados nas observações empíricas.

Com relação aos discursos, deve-se advertir que, de modo geral, permanecem no mesmo horizonte dos discursos supracitados, que culpabilizam somente as pessoas que vêm de fora. Os comentários de uma G.P. de 2, de uma G.P. de 4 e de uma professora do distrito de 9 em 3 ajudam a exemplificar esse aspecto:

Nós, enquanto órgão de segurança pública estamos preocupados porque os casos que recebemos têm ligação com trabalhadores, pois aqui estão instalados trabalhadores de Pernambuco, Maranhão; e eles procuram as meninas ou elas vão até eles. (RC-NA)

\*\*\*\*\*

Ela ainda relata que antes havia muitos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes e justifica isso pela permanência de trabalhadores vindos de outras regiões que se fixavam no distrito, mas que, atualmente, a usina está usando mais a mão-de-obra indígena.(RC-M)

Além dos discursos, as observações dos ambientes ajudaram a perceber a relação entre a presença de usinas e o fomento de condições relevantes para a prostituição e para a ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma alteração territorial flagrante do avanço do comércio sexual é o aumento da quantidade de boates e bares, muitos dos quais usados para a realização de programas sexuais. Em diversos momentos dos relatórios, há observações dos pesquisadores relacionadas ao volume expressivo de bares e/ou casas de prostituição. Abaixo, seguem alguns trechos a respeito desse assunto, referentes, respectivamente, aos relatórios das observações em 4, 1 e 6 e do relatório do colóquio, referente especificamente à fala de uma G.P. de 8:

Durante a noite, andei pelas imediações da estação rodoviária, região onde há uma quantidade expressiva de bares (cerca de quatro por quadra). Alguns desses bares têm quartos nos fundos para a realização de programas sexuais. Em dois bares, consegui ir até os fundos e notei que os quartos eram bem simples, conjugados e feitos de madeira.

(...)

Eu falei que não era da cidade e que teria ficado surpreso com a quantidade de bares. “Sempre foi assim?”, perguntei. “De um tempo pra cá passou a ter mais”, disse o guarda. Outro homem, que estava dentro do bar, sinalizou para a relação entre a presença das usinas e o grande número de bares. “Depois

que veio as usinas, a cidade começou a crescer mais. Aí também aumentou os bares”, afirmou. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Andando de carro, passei por adolescentes, que estavam sozinhos. Eram mais ou menos 23h30. Perto do que eles chamam de B\* (espaço de lazer numa região pobre), há muitas lanchonetes. De frente a esse lugar, tem vários barzinhos. Em um bar, havia mulheres no atendimento e na calçada.

(...)

Nessa região, há sete bares numa só rua. Alguns locais são mais bem estruturados, outros bem precários. Parei num bar. Tinha 13 mulheres, aparentando terem entre 18 e 25 anos. No outro bar, tinha cinco meninas. Três tinham aparência de indígena. Da lanchonete que eu estava dava pra ver três outras. Falaram que o movimento estava fraco, por causa do jogo. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Depois do trilho, a região é mais pobre. Tem vários bares. Conversei com uma profissional do sexo. Ela ficou preocupada e disse: “Aqui não tem menor”. Aí eu perguntei: “E se eu quiser arrumar?” Ela disse que tem que arrumar pra fora. Ali na zona não tinha. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Os moradores também disseram que, com as usinas, aumentou quantidade de barzinhos. Em 6, a coisa é ainda mais visível. Lá só numa rua tem oito bares. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Isso começou a acontecer com a usina. Antes não tinha nada disso. Não tinha zona em 8. Hoje tem duas. Mas as mulheres são de fora, são do município 10. Também tem crianças e adolescentes, mas elas ficam nos depósitos de bebidas. (RCo)

A quantidade relativamente alta de lugares fechados voltados para a realização de programas sexuais não significa, necessariamente, que haja, nesses locais, adolescentes na prática da prostituição<sup>20</sup>. Essa configuração do território, com bares e casas de prostituição concentrados em alguns espaços das cidades, demonstra ser uma manifestação de transformações provocadas pela instalação de usinas com práticas trabalhistas que provocam a formação de um aglomerado de homens de outras cidades e estados brasileiros. Trabalhadores entrevistados externaram sentimentos (como saudade de casa e ausências afetivas) e situações (a distância de seus lugares de origem e de

<sup>20</sup> Foi observada a presença de adolescentes nas imediações de casas de prostituição, sendo que uma delas fazia programa, conforme contou a trabalhadora sexual que a acompanhava. No entanto, observou-se que as dinâmicas da prostituição de adolescentes acontecem, geralmente, de forma velada, como será trabalhado adiante em uma seção específica. Outra questão a ser observada é que meninas com menos de 18 anos podem causar impressão de serem mais velhas. Em trecho de um dos relatórios, o pesquisador faz referência a trabalhadoras sexuais jovens, com aparência entre 18 e 25 anos. É possível que, nesse grupo, estivessem adolescentes.

possíveis vigilâncias, a folga semanal e a busca por diversões na cidade) que ajudam a compreender o papel canalizador de necessidades desempenhado pelo mercado sexual nos locais pesquisados<sup>21</sup>.

Outro aspecto importante para ser salientado é a concentração dos bares e casas de prostituição nos espaços periféricos das cidades. Esse desenho concretiza espacialmente o senso comum dualista, segundo o qual algumas pessoas são “de bem e de família” e outras são “promíscuas” – as “pessoas de bem” podem freqüentar o “submundo da promiscuidade” (clientes eventuais) e voltarem para o seu lugar de origem para continuarem sendo “pessoas de bem”.

Alguns desses espaços de ocorrência da prostituição observados no estudo são: em 4, o distrito de 8 e alguns bairros mais distantes; em 2, o distrito de 11; em 3, o distrito de 9; em 5, o distrito de 6 (que pertence à 12, mas abriga repúblicas de trabalhadores de usinas de 5); e em 1, alguns bairros. Nos espaços ainda mais retirados desses lugares, nos mais ermos, ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes, como afirmaram os entrevistados. Em se tratando dos distritos, teria existido uma correspondência inicial entre a constituição dos lugares como espaço para a prostituição e constituição dessas delimitações como grandes dormitórios dos trabalhadores das usinas.

Para ilustrar essa divisão espacial, vale citar algumas observações registradas nos relatórios de campo (são referentes às observações do primeiro momento em campo em 4, distrito de 11, em 2, 1 e às observações da segunda estada em campo em 4):

A partir deste relato e de outros semelhantes, estivemos nessa vila e constatamos o seguinte: nesta vila, que é periferia da cidade de 4 estão concentradas seis zonas que estavam cheias de homens quando visitamos o local. (RC-M)

\*\*\*\*\*

Perto da praça, encontramos uma travesti e uma profissional do sexo, a qual aparentava ter entre 19 e 23 anos. Elas nos relataram que residem no “Bar A\*”, que fica à margem da MS-134, que liga o distrito de 11 à 2. Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria as profissionais tinha viajado para o Paraná.

(...)

Logo após a saída das meninas e da mãe, a assistente social me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem conhecido apenas como “Preto”. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e

<sup>21</sup> As condições dos trabalhadores relativas ao mercado sexual serão analisadas em uma seção adiante.

13 anos. As meninas faziam os programas sexuais dentro da casa do Preto, aliciadas por ele.

(...)

Com as informações que tínhamos coletado no L.G.P, procuramos e encontramos a tal chácara do Preto. É uma casa cercada de arame e bastante arborizada. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito de 11 à 2; é, inclusive, próximo da “Casa Amarela”. (R-NA)

\*\*\*\*\*

Por volta da meia-noite, eu cheguei à Vila Maria de Lourdes. É uma região muito precária, onde se concentra a maioria das casas de prostituição. Fica na periferia da cidade, quase no canavial. (RC-NAS)

\*\*\*\*\*

Essa mesma fonte [um trabalhador de usina] afirmou preferir “as coroas”, em razão da “experiência delas”, mas que também gosta de “menina nova”. “Hoje mesmo, na parte da tarde, eu peguei uma de 17 anos lá na Pedra”, contou, em referência a uma região, conhecida na cidade como “o lugar da prostituição”. (RC-2M)

#### 4.1.2.2 Território e produção de ideias

Essa alteração do território não é somente física, mas também diz respeito à produção de idéias, às representações da realidade. A mudança da configuração material (usinas, aumento demográfico, população flutuante, avanço no número de bares, de casas de prostituição) ocorre em movimentos dialéticos imbricada com a incorporação e o fortalecimento de determinados pensamentos sobre a realidade, entre os quais os relativos a sexo, prostituição e adolescentes.

Durante o estudo, foram observados situações e comentários que demonstram a naturalização<sup>22</sup> de eventos construídos historicamente, como os relativos à prostituição. Há uma visão comum sobre a existência de grande familiaridade de adolescentes com o universo do sexo e da prostituição, o que as torna as provocadoras e as responsáveis pelas relações que participam. Também são manifestados sentimentos de suposta impotência frente a violações, que persistem porque “todos sabem, mas ninguém faz nada” – instalam-se, assim, tabus: todos são cientes da existência de violações, mas seguem suas vidas de costas para tais violações.

---

<sup>22</sup> O termo naturalização não significa aqui meramente aceitação, aprovação de uma situação. Significa o pensamento de que a situação não pode ser mudada, como se fosse produzida pela natureza sem a participação humana. Nesse sentido, a pessoa pode até não aprovar a presença de adolescentes na prostituição, mas acredita que nada possa ser feito para solucionar a problemática, pois as pessoas não conseguem mudar algo natural.

Ao mesmo tempo em que é comunicada essa naturalização (no sentido de perceber a realidade como imutável), é externada, paradoxalmente, certa consciência da existência de dispositivos que asseguram direitos e responsabilizam autores de violência. No entanto, na imersão da totalidade do tabu, alguns se imaginam imunes a esses dispositivos.

Esses aspectos podem ser elucidados com as citações de alguns fragmentos dos relatos de campo. As fontes afirmam existir costumeiramente violações de direitos sexuais de meninas em seus municípios e/ou em distritos de seus municípios. Os comentários soam como se nada pudesse ser feito; é como se essas violações já fizessem parte necessária da paisagem local. Em alguns casos, as pessoas entrevistadas afirmam saber, com precisão, os locais onde crianças e adolescentes marcam os encontros e/ou realizam os programas sexuais. Por vezes, a alegação para a ausência da ação é o envolvimento de “pessoas influentes” na prática da exploração sexual. Os trechos seguintes são, respectivamente, dos relatórios de campo dos municípios de 4, 2, 3 e do distrito de 11:

Esta profissional nos diz, ainda, que há relatos de que no distrito de Vista Alegre (em 4) existem muitos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive casos envolvendo os trabalhadores de usinas que se encontram instalados neste distrito. (RC-M)

\*\*\*\*\*

Aqui há muitos casos de abuso e exploração sexual. (...) Também tem o caso de uma menina, Paola [nome fictício], de 12 anos, e a irmã dela, Jéssica [nome fictício], de dez, que fazem programa. O pai delas está doente. Ele trabalha no lixão. Por causa da situação de vida das meninas, o Conselho Tutelar as tirou do pai e as deixou com a mãe”. Segundo a funcionária do PETI, a filha mais velha era levada pelo pai para trabalhar no lixão. (RC-NA)

(...)

Ela diz que tem um caso que todo pessoal do distrito sabe. É a situação de um homem que “está tendo um caso” com a enteada dele. “Essa menina tem 11 anos e já foi aluna do PETI. Agora não está vindo mais”, diz Franthesca. E completa: “Ela é a única menina da família que anda toda arrumadinha, que ganha presentes do padrasto”. (RC-NA)

\*\*\*\*\*

Um S.L. me disse que a exploração sexual de crianças e adolescentes tem muito envolvimento de pessoas que têm dinheiro. Ele falou que um G.P. é uma dessas pessoas. Ele disse: “As mães vendem as filhas. Os caras vão de carrão pra pegar as meninas. Isso quando as mães não saem de casa pro cara ficar com as meninas lá mesmo”. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Uma mulher, que é comerciante, me relatou que a situação de exploração sexual acontece nas chácaras, que ficam nas proximidades da cidade. Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros. (RC-2M)

A percepção da produção de idéias como processo integrante da transformação territorial é importante para superar o maniqueísmo das interpretações acerca das relações entre grandes empreendimentos e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A perspectiva maniqueísta é simplória – encerra todo o problema no indivíduo homem, que vem de fora para compor a mão-de-obra do empreendimento e passa a violar os direitos sexuais de adolescentes das comunidades locais. Embora não esteja inteiramente equivocada, essa análise não considera um relevante componente das alterações locais provocadas pelas dinâmicas materiais introduzidas pelos empreendimentos. Tal componente diz respeito à difusão e ao fortalecimento de pensamentos correspondentes à realidade marcada por intenso mercado sexual – esse mercado pode ter sua justificativa inicial no acréscimo significativo de homens à população local, mas se expande para muito além desse público.

Esse componente novo (pensamentos que tendem a naturalizar as relações sexuais comerciais envolvendo adolescentes) extrapola o universo produtivo imediato das usinas e abarca a comunidade local como um todo. Evidentemente, não se propõe aqui uma influência linear da presença das usinas na produção de idéias acerca de mercado do sexo e de adolescentes na prostituição. Assevera-se, sim, que, conforme observações e discursos registrados nos relatórios de campo, as instalações de usinas geram dinâmicas novas, as quais fomentam o mercado sexual e, por conseguinte, favorecem a construção de pensamentos pertinentes a essas alterações da realidade local.

O registro de uma cena, na qual homens conversam com um pesquisador em um bar de 4, ajuda a perceber a mentalidade naturalizada com relação a adolescentes e a sexo. Segue a citação do relatório:

Em dado momento, um homem disse, de supetão, enquanto caminhava do interior do bar para a varanda da frente, onde eu estava: “Quer ir preso?” A estranha pergunta veio acompanhada de um gesto explicativo. O homem perguntou e apontou para uma menina, com aparência de 13 a 15 anos, que passava em frente ao bar. A garota estava de short e blusa. “Ela tá indo pra um ginásio aqui perto”, disse o homem e emendou: “Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas. Dá vontade até de ir preso”. Assenti com a cabeça para que ele sentisse cumplicidade de minha parte e seguisse no

assunto. Ele afirmou que as meninas da escola “provocam demais”. Contou, ainda, que um guarda, amigo dele, apaixonou-se perdidamente por uma estudante, que teria, no máximo, 15 anos. “Ele chegou de ficar doente por causa dessa menina. Ela sabia que ele gostava dela; aí que ela provocava mesmo. Mas na hora não queria nada com ele”.

Outro homem comentou que o envolvimento com adolescente é, muitas vezes, inevitável. Esse homem viera de Pernambuco para trabalhar numa usina e terminou se casando e ficando em 4. “Às vezes a gente tá meio de fogo e nem pensa. Aí acaba pegando as meninas de menor. Mas isso não dá nada pra gente não. Eu acho que não dá não. Dá pra menina e pro dono da zona onde ela tava”, disse.

Os dois homens (o trabalhador da usina e o guarda) fizeram comentários sobre a existência de muitas adolescentes na prostituição. Ao se referirem a essas garotas, usavam o termo “putinhas”. “Aqui tá cheio de putinhas. E elas moram com a própria família, que nem sabe ou faz que não sabe”, disse o guarda. (RC-2M)

## **5. AS PESSOAS**

Uma transformação territorial importante relativa às mudanças introduzidas pela instalação de usinas é o aumento considerável da população. Além da mão-de-obra vinda de outros lugares, há pessoas atraídas para as localidades por avaliarem que, de alguma forma, podem lucrar com a presença das usinas. Formam-se, assim, novos grupos: residentes com intenção de permanecerem na cidade (como pessoas em busca de melhores oportunidades e alguns trabalhadores, que terminam se casando e não deixam o lugar), moradores temporários (como trabalhadores que permanecem no local apenas durante os meses de contrato) e pessoas que procuram a cidade em algumas épocas do ano (como prestadores de serviços sazonais diversos e trabalhadoras sexuais).

Desses grupos, a atenção do estudo foi voltada aos trabalhadores das usinas e às trabalhadoras sexuais. É preciso dizer que a relação entre instalação de usinas e exploração sexual de crianças e adolescentes supera os limites imediatos das dinâmicas estritamente da usina, não dizendo respeito apenas à procura por serviços sexuais por parte dos trabalhadores. Como já discorrido acima, a dimensão desse impacto é maior, pois colabora para o fortalecimento de pensamento que naturaliza as trocas sexuais pagas e a exploração sexual de adolescentes. Essa perspectiva não desconsidera, evidentemente, a participação do trabalhador de usina no mercado sexual; apenas não restringe a compreensão da realidade ao universo do trabalhador. Portanto, esse ator social permanece relevante para ser observado, mas o olhar do pesquisador não deve estar cego por preconceitos, o que comprometeria o entendimento da realidade.

### **5.1 Trabalhadores das usinas**

A mão-de-obra das usinas dos municípios pesquisados é formada por indígenas do próprio Estado e por homens de outros estados, majoritariamente da região Nordeste. Não foi observada a presença de trabalhadores indígenas como clientes de serviços sexuais<sup>23</sup>.

As entrevistas com trabalhadores e as observações ajudaram a identificar algumas possíveis razões da procura por serviços sexuais. Essas razões dizem respeito à

---

<sup>23</sup> Observou-se que há, nas usinas, diferença de tratamento entre índios e não-índios com relação às saídas para as cidades. No relatório do município 2, por exemplo, consta que os índios reclamaram de não poder ir para a cidade nos dias de folga – a usina tem alojamento para os trabalhadores. Isso ocorre porque cabe ao capitão responsável pelos indígenas decidir se alguém sai e quem sai para a cidade.

distância de suas cidades, à ausência ou amenização de cobranças de comportamentos morais, à necessidade de afeto e à precisão de atenuar os desgastes do corpo provocados pela atividade árdua e repetitiva da usina. Considerando esses fatores, o mercado sexual se torna uma peça importante para a ordenação das dinâmicas produtivas das usinas, pois funciona como um amortizador de descontentamentos por conta das condições afetivas e físicas dos trabalhadores.

Os trabalhadores das usinas foram contatados dentro e fora dos locais de trabalho. Nas usinas visitadas, alguns trabalhadores demonstraram certa desolação ao falarem sobre a distância de suas casas. Também afirmaram que, nos dias de folga, têm como diversão a frequência em bares e casas de prostituição. As duas situações, que podem soar como contraditórias (saudades de casa e busca por prostitutas), estão interrelacionadas, pois o sentimento pode ajudar a compreender a ação. As descrições abaixo, tiradas dos relatórios de campo do município 1 e do 2, ilustram esses elementos:

Já na roça encontramos S.L. que são de Ituberá (Bahia), que reclamaram da alimentação e de não estarem recebendo os comprovantes de produção (chamados de “pirulitos”) e, por isso, não sabiam quanto produziram. Eles relataram que têm uma folga por semana e que um ônibus da usina os leva para a cidade.

Quando perguntamos de uma forma descontraída sobre como passam longo período sem namorar, a resposta foi quase imediata: “A gente recebe e guarda um pouco pra ir na casa das mulheres na cidade”. Na cidade, existem aproximadamente 15 casas de prostituição. Os trabalhadores relataram, ainda, que sentem muita falta da família. (RC-NAS)

\*\*\*\*\*

Os trabalhadores vindos do Nordeste têm um contrato de nove meses e a cada seis dias trabalhados têm uma folga. Pergunto o que eles costumam fazer nos dias de folga. Um deles, de 25 anos, conta: “Ah, vamos até a cidade pra divertir na lanchonete, no mercado”. Peço a ele que me explique um pouco dessa diversão. Ele fala: “Ah, o senhor sabe né, todo esse tempo aqui sem ninguém, não tem quem aguenta”. Diz que vão sempre ao barzinho onde estão as mulheres, mas que “a maioria delas é feia”. “É melhor pagar 50 reais e pegar um corinho filé”, diz. Pergunto a ele se tem “meninhas novas”. Ele responde que sim. “O que manda é o dinheiro”, diz.

Enquanto conversava com os trabalhadores, pude notar, de modo geral, uma profunda tristeza quando falavam da família. Um deles, ao ser perguntado sobre a família, disse: “Ah, sinto falta né, sinto saudade”. Em seguida, parou de falar e abaixou a cabeça. (RC-NA)

Como estratégia metodológica, os municípios foram visitados em dois momentos: em semanas diversas durante três meses (abril a junho) e em período de pagamento das usinas, na segunda semana de julho. Nesse segundo momento, pôde-se

verificar, de modo geral, movimento acentuado nos bares, com presença de trabalhadores. Os fragmentos abaixo das observações em 4 tratam disso:

Ao lado desse bar, havia outro mais movimentado, com aproximadamente 30 homens – a maioria, trabalhadores de usina (segundo contaram o proprietário do bar e um dos clientes). “É que hoje saiu o pagamento”, explicou um cliente.

(...)

Esse bar era mais bem estruturado que o anterior. Tinha uma pequena varanda na entrada, onde havia duas mesas. No interior, havia outras duas mesinhas, além de uma mesa de sinuca e um sofá no formato de “L” encostado em duas paredes. O atendimento era feito por um homem e uma mulher. Ele ficava com as chaves dos quartos e as entregava quando solicitado pelas trabalhadoras sexuais. Elas eram jovens, mas não seriam adolescentes. Havia seis trabalhadoras, além de outras que estavam nos quartos (segundo disse o cliente entrevistado).

(...)

No dia seguinte, saí no início da tarde, por volta das 14h. Todos os bares já estavam abertos, com alguns clientes. (RC-2M)

As relações sexuais dos trabalhadores das usinas não se restringem aos programas realizados com as trabalhadoras sexuais. Alguns namoram outras mulheres da localidade, chegando a morar com elas. Essa relação tem a duração do período de contratação na usina. Terminados os contratos de trabalho, a maioria desses homens retorna para suas cidades e deixa, por vezes, as mulheres grávidas, conforme afirmações feitas durante o período de observação e no colóquio. As crianças, que nascem desses relacionamentos e que ficam apenas com as mães, são chamadas de “filhos da cana” ou “filhos da safrinha um, dois...”. Essa situação é descrita, por exemplo, no relatório de campo do município 5:

Segundo a G.P., alguns trabalhadores das usinas mantêm relações maritais com mulheres do município. Findos os contratos de trabalho, esses homens retornam para suas cidades e deixam, por vezes, as mulheres grávidas. “Nós chamamos essas crianças de filhas da cana”, afirmou. (RC-RB)

Há, ainda, um terceiro tipo de relacionamento sexual envolvendo os trabalhadores e, de modo específico, adolescentes. Quando não há alojamentos nas usinas, os trabalhadores alugam quartos, agrupados em modestos pavilhões. Nesses lugares, alguns realizam encontros com adolescentes, assunto a ser tratado na seção sobre a presença de crianças e adolescentes na prostituição.

## 5.2 Trabalhadoras sexuais

Enquanto o movimento de trabalhadores não-indígenas (cortadores de cana-de-açúcar) obedece ao fluxo Nordeste/Centro-Oeste, os movimentos das trabalhadoras sexuais, identificados na pesquisa, foram os seguintes: de outras cidades de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Paraguai, para os municípios com usinas. Elas também realizam, com frequência, movimentos para fora dos municípios. Algumas partes dos relatórios mencionam esses deslocamentos:

Conversei com uma profissional, que disse se chamar Isabel<sup>24</sup>. O programa dela custa de R\$ 15 a R\$ 30. Ela disse que estava ali há algum tempo e tinha vindo de outra cidade do Estado. Ela estava há três anos em 1. Ela não tem local, porque atende caminhoneiro. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas responderam que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria das profissionais tinha viajado para o Paraná.(RC-NA)

\*\*\*\*\*

Uma mulher veio me atender, pediu uma cerveja. Disse que veio do Paraná. Atendia no bar, mas não morava ali. Falou que cobrava o mínimo de R\$ 30 para atender ali. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

As trabalhadoras sexuais estavam sentadas do lado de fora, conversando. Passei por elas e perguntei sobre a eventual presença de adolescentes na prostituição. Elas disseram não saber sobre isso, pois eram novas na cidade. Tinham vindo de diferentes municípios do interior do Estado. Uma delas chegara havia poucos dias. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

A entrada no primeiro bar foi estimulada por um convite de uma trabalhadora sexual, com cerca de 30 anos (que chamarei pelo nome fictício de Angela). Depois, conversando com ela, fiquei sabendo que era paraguaia. “Olá”, abordou com sotaque, enquanto eu caminhava por uma rua pouca iluminada nas proximidades da rodoviária. Cumprimentei de volta.(RC-2M)

Com relação às trabalhadoras paraguaias, houve dois registros de situações de possível tráfico de pessoa. Os casos foram observados em 1 e em 4. Na primeira cidade, uma fonte informou sobre um casal que regularmente busca garotas no Paraguai para se prostituírem no Brasil. Em 4, uma trabalhadora sexual relatou que fora trazida do Paraguai sob falsa promessa de emprego; depois, foi obrigada a se prostituir. Seguem os relatos:

---

<sup>24</sup> Todos os nomes presentes no relatório são fictícios.

Sobre as meninas que eu imaginei serem indígenas, minha tia [professora no município] disse que são, na verdade, paraguaias. Ela contou que há, na cidade, um casal, que regularmente traz de carro meninas do Paraguai. (RC-2M)

\*\*\*\*\*

Entramos em uma dessas casas por volta das 22h30 e fomos atendidos por uma mulher que servia bebidas. Logo em seguida pedi uma bebida. Nesse instante, uma garota se aproxima e pergunta se poderia me acompanhar. Eu digo que sim e sugiro que fôssemos a uma mesa mais reservada para que pudéssemos conversar. Depois de algum tempo de conversa, pergunto se ela tem muitas amigas na cidade. Ela responde que não, pois havia sido trazida do Paraguai pela dona da casa. Disse, ainda, que o mesmo aconteceu com outras meninas que trabalham no local. “Como isso acontece?”, pergunto. Ela diz que a sobrinha da proprietária da casa vai semanalmente ao Paraguai e oferece serviço às meninas, dizendo ser apenas por uns dias, mas que, chegando ao local, são obrigadas a se prostituírem.

Daiane tem 19 anos e tem um filho de três anos, que mora com a avó. Na ocasião deste relato, fazia 20 dias que estava na casa de prostituição. Ela diz que pretende sair de lá assim que arrumar um homem que possa cuidar dela e lhe dar uma casa para morar. (RC-M)

As entrevistas com as trabalhadoras sexuais foram feitas em bares e nas ruas, em locais que realizam encontros para os programas. Conforme os registros de campo, as que trabalham em bares e casas de prostituição moram nesses locais ou apenas os usam para a realização dos programas – as que moram (ao menos por algum período) são as trabalhadoras vindas de outras cidades. Nos dois casos (morando ou apenas usando o local para fazer programa), elas têm de pagar taxas com valores variáveis aos donos das casas pelo uso do quarto. O faturamento com a venda de bebidas também tem grande colaboração das trabalhadoras sexuais. Elas devem sempre fazer os clientes consumirem bebidas, as quais são comercializadas por valores acima da média dos mercados locais.

De modo geral, as trabalhadoras sexuais dos municípios pesquisados cobram entre R\$ 15 e R\$ 50 pelos programas, conforme os relatos de campo. No entanto, em alguns casos, segundo os relatos, esses valores podem ser muito maiores. Essa elevação se associa a critérios de beleza e idade, segundo falas de diferentes sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, ser adolescente pode representar acréscimo no valor do programa. Também foi identificada situação em que o preço tende a cair. Nesse caso, além dos critérios ligados à beleza e à idade, há uma desvalorização pautada em preconceito geral contra as paraguaias, chamadas por outras trabalhadoras sexuais de “bugras”. No relato da segunda visita a 1 isso é explicitado. “*Ela reclamou do preço, dizendo que ‘o problema é que tem umas bugrinhas que cobram muito pouco’*. Isso puxaria os preços para baixo”, afirma o relatório.

### 5.3 Práticas sexuais de crianças e adolescentes.

No debate sobre a presença de crianças e adolescentes na prostituição, situa-se no campo do dissenso a ocorrência ou não de exploração sexual quando a pessoa com menos de 18 anos realiza programas sexuais sem a intermediação do agenciador. Nesse sentido, a atribuição de exploração sexual a algumas situações observadas ou relatadas por entrevistados neste estudo resulta de tomada de posição frente ao debate em pauta.

No decorrer do estudo, foram coletadas informações e registradas observações de diferentes práticas sexuais com participação de adolescentes. Dessas práticas, não serão consideradas, neste relatório, as que se caracterizam, explicitamente, como abuso sexual – com violações de direitos sexuais sem nenhum tipo de troca material e/ou simbólica.

Fora os casos nitidamente de abuso sexual, foram identificadas, em relatos e observações, as seguintes práticas e possibilidades de práticas sexuais com participação de crianças e adolescentes<sup>25</sup>: 1) programas sexuais com pagamento material sem intermediações explícitas; 2) programas sexuais com pagamento material intermediados por trabalhadoras sexuais adultas, donos de casas de prostituição ou outro tipo de ambiente fechado e pela família da adolescente; 2) práticas sexuais sem o pagamento em espécie, mas com outras trocas materiais (“presentes”); e 4) práticas sexuais realizadas em quartos das repúblicas dos trabalhadores das usinas sem aparente pagamento material.

Essas formas serão consideradas exploração sexual, embora nem todas sejam comerciais em seu sentido estrito, isto é, prática sexual mediante pagamento material. O conceito de exploração sexual construído para as análises dos resultados deste e dos demais estudos do projeto Fortalecimento do COMCEX-MS abarca todos os relacionamentos sexuais, nos quais é manifestado algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, com pagamento material e/ou simbólico pela relação sexual. Nesse sentido, o programa sexual sem intermediários e os encontros sexuais de meninas com os trabalhadores nos quartos das repúblicas são tomados aqui como exploração sexual. Nesses casos, o pagamento tende a ser simbólico, provocando uma percepção ilusória de *status* pela adolescente sexualmente explorada.

---

<sup>25</sup> Todos os casos observados são referentes a crianças e adolescentes do sexo feminino.

Esse conceito abrangente de exploração sexual de criança e adolescente comporta, de modo associado, os seguintes elementos: relações desiguais de força, vivência dos direitos humanos sexuais, as particularidades dos diferentes momentos do desenvolvimento da sexualidade, situações provocadoras de suscetibilidades e a percepção da ocorrência dos relacionamentos sexuais necessariamente dentro de (e provocados por) contextos maiores. Isso permite compreender, por exemplo, que a prática sexual supostamente provocada pela adolescente tende a ser exploração sexual, uma vez que o adulto se encontra num momento da vivência sexual distinto do da adolescente, que passa por transformações físicas e psíquicas relativas à puberdade.

### **5.3.1 Práticas sexuais com pagamento material sem intermediações explícitas**

Algumas anotações dos relatórios de campo são apenas indicativas e não conclusivas, por se basearem em relatos de profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente e de moradores diversos. Outros registros, entretanto, constataam possibilidades concretas de ocorrência de prática sexual com crianças e adolescentes por meio de observações realizadas em locais de prostituição e nas imediações desses locais.

A realização de programas sexuais pagos com e sem intermediações e os encontros sexuais com trabalhadores das usinas nos quartos das repúblicas aparecem, nos relatórios, nas falas de diferentes fontes e nas observações.

Acima, foi mencionada uma situação, na qual uma comerciante do distrito denominado 6 relata para o pesquisador parte da dinâmica da prática de prostituição por adolescentes. Conforme o relato, as meninas fazem os programas sexuais em locais escuros e distantes. São lugares, onde há muitas chácaras. *“Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros”*, afirma o relatório. Pela descrição da fonte, as meninas não seriam agenciadas. Essa aparente autonomia não excluiria tal situação da condição de exploração sexual, conforme conceito que fundamenta este trabalho. Em sua abrangência, esse conceito considera diversos fatores de vulnerabilidades; não se restringe ao tipo de relação e contrato firmados interpessoalmente.

Também há registro de situação de prática de prostituição por adolescente, ocorrida em local menos isolado. Segundo informou uma trabalhadora sexual em 4,

algumas adolescentes ficam em lugares que funcionam como depósitos de bebidas, onde combinam os programas sexuais. Nesses casos, não existiria a figura do agenciador. No relatório do colóquio, também é citado um comentário de uma assistente social do distrito de 8 sobre a presença de adolescentes em depósitos de bebida.

### **5.3.2 Práticas sexuais intermediadas e com pagamento material**

A maioria das situações anotadas diz respeito à realização de programas mediante intermédio do agenciador, sendo que as adolescentes não ficam nos bares, mas em suas próprias casas, com suas famílias. Mas há registro de práticas sexuais pagas e agenciadas realizadas por crianças e adolescentes em boates ou em outro local fechado (neste caso, uma casa em uma chácara no distrito de 11).

Sobre esse segundo modo (mais explícito) de situação de prostituição envolvendo adolescentes, pode ser citado o trecho seguinte, referente às observações em 1:

A trabalhadora sexual aparentava ter entre 30 e 35 anos. Início a conversa demonstrando interesse por seus serviços. Digo que tenho dois amigos, que também estão interessados, mas por meninas “mais novas”. Ela conta que há duas meninas, uma de 15 e outra de 17 anos, que podiam ser encontradas no que ela chamou de “Casa Vermelha”. (RC-NAS)

No distrito de 11, em 2, foi registrado um caso de exploração sexual, que parece não ser visto com a gravidade que o caracteriza. Este caso está supracitado. São meninas (pelo menos cinco) entre dez e 13 anos que fazem programas sexuais em uma chácara. Elas seriam agenciadas por um homem, conhecido, na localidade, como “Preto”. Segue trecho do relatório:

Logo após a saída das meninas e da mãe, Rosa me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem conhecido apenas como “Preto”. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas fariam os programas sexuais dentro da casa do Preto, aliciadas por ele.

(...)

Com as informações que tínhamos coletado no PETI, procuramos e encontramos a tal chácara do Preto. É um lugar bastante arborizado, cercado de arame farpado. A casa é simples. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito de 11 e 2; é, inclusive, próximo da “Casa Amarela”.

Além da realização dos encontros, negociações e programas com adolescentes em locais fechados e destinados à prostituição, há situações de agenciamentos, nas quais as meninas ficam em suas casas e são contadas por intermediadores. Os agenciadores são pessoas ligadas a hotel, trabalhadoras sexuais adultas e donos de boate. Também haveria intermediação da família da adolescente.

A citação abaixo corresponde a uma informação coletada no município 1, que indica a possível existência da oferta de serviços sexuais em um hotel.

Do outro lado da BR, tem um hotel, onde, conforme me disseram, fica o pessoal mais qualificado da usina. Ali tem um serviço que oferece garotas, mas elas não residem na cidade. São de 5 e de outras cidades próximas. As meninas moram em suas casas e as famílias talvez nem saibam que fazem programa. São recrutadas por encomenda. (RC-2M)

Situação semelhante foi mencionada por um dos gestores públicos no colóquio. Ele se refere à região de 13, que engloba, entre outros municípios, 4, 1 e 5 (2 e 3 não estão nessa microrregião). Segue trecho do relatório referente à fala de um G.P.:

*Chegam muitas denúncias da região de 13 sobre homens que vão para os motéis e se comunicam com as cafetinas que já têm contato com donos de motel. Outra coisa comum que acontece são as mães que aliciam as filhas. E os caras vão na própria casa da menina pra buscá-la. Essa situação você não vai encontrar só no prostíbulo, você vê dentro de casa. (RCo)*

Percebe-se na parte final da fala uma situação que foi comentada por outros sujeitos de pesquisa. Trata-se do que foi considerado como agenciamento da adolescente pela mãe. É interessante notar que a remissão é feita à mãe e não ao pai ou à família. Esse aspecto do discurso foi repetido em outros estudos do projeto Fortalecimento do Comcex e se relaciona, conforme discussões realizadas nas reuniões de sistematização, a um forte pensamento que atribui às mulheres a exclusividade pela condução da vida dos filhos; por decorrência, são vistas como negligentes quando as filhas estão na prostituição ou, quando o dinheiro dos programas é entregue aos pais, tornam-se sempre as únicas exploradoras das filhas (os homens são desculpados pela exploração).

Os programas com adolescentes também podem ser agendados na rua com intermediações de trabalhadoras sexuais. Essa situação foi observada, por exemplo, em 1. *“Eu disse que queria ‘carne nova’. Ela me respondeu: ‘quando você quiser vem antes e combina. A gente vai até a sua casa’”*, afirma o pesquisador no relatório (RC-2M).

Em 5, há registro de situação semelhante. A cena se passa perto de um bar, que funcionava no momento, mas com as portas fechadas. Havia um fluxo de trabalhadoras sexuais e o lugar estava pouco iluminado. Um detalhe importante: havia, no local, uma adolescente com roupas simples, sem a produção das trabalhadoras sexuais do lugar, mas que fazia programa. Segue o trecho do relatório:

Encontrei Ana [trabalhadora sexual jovem] na noite quinta-feira em frente a um velho e pequeno bar, que estava com as portas fechadas, mas não trancadas, e com as luzes internas acesas. Ana e outras mulheres entravam e saíam do bar, sempre com o cuidado de deixarem as portas fechadas. Podiam-se ouvir vozes masculinas vindas de dentro do estabelecimento. As ruas, nas imediações do bar, eram pouco iluminadas. A esquina, onde estava o bar, era quase toda escura. Notei a presença de uma menina com idade aparente entre 13 e 15 anos.

Perguntei à Ana a idade da garota com aparência de adolescente. Segundo Ana, a menina tinha 16 anos. “Mas ela faz programa?”, questionei. “Claro!”, respondeu Ana. A adolescente permanecia calada ao lado de Ana, não demonstrando reação contrária à afirmação de que fazia programa sexual.

Perguntei à Ana se ela poderia conseguir outras garotas com menos de 18 anos. Especifiquei a quantidade e a idade: quatro meninas de 15 anos. Expliquei que as garotas seriam também para um amigo.

Ana disse que poderia intermediar outras adolescentes. Em seguida, apresentou suas condições: cada programa custaria R\$ 30 e o dinheiro deveria ser entregue para ela. “Eu tomo conta delas”, justificou-se, completando que não permite que ninguém as engane. Também disse que não ofereceria garotas com menos de 15 anos. “Se eu quiser, eu até consigo meninas com menos de 15, mas não faço. Só de 15 a 17”, disse. Salientou: “Hoje eu não tô bem arrumada... nem ela [apontou para a adolescente]. Mas quando você vê como a gente e as outras meninas ficam arrumadas, você vai achar que até são outras pessoas. A gente coloca um shortinho bem curtinho, bem bonitas mesmo!”.

Eu quis saber com quem moravam as tais adolescentes. Ana respondeu que todas viviam com os pais. Perguntei se ela não teria dificuldade de tirar as meninas de casa. Ela riu e respondeu: “Sou uma santa. Você entende?” Explicou que as famílias jamais desconfiaram dela, por ser considerada amiga das meninas. Ela contou como costuma chamar as adolescentes. “Eu chego na casa delas e falo assim: ‘vamo ali tomar um sorvete?’”, disse. (RC-RB)

Trecho de outro relatório, relativo às observações em 4, descreve a possibilidade concreta de realização de um programa sexual com uma adolescente mediante intermediação da gerente de uma boate, pertencente a um G.P. Eis o fragmento:

Caminhei algumas quadras e fui chamado por uma mulher. “Não quer ‘abrir’ o bar?”, perguntou ela. Eram cerca de 16h. No local, havia quatro trabalhadoras, todas jovens. A mulher me ofereceu cerveja, mas recusei. “Estou andando pra escolher um lugar pra ir à noite”, aleguei. Disse, ainda, que a cidade parecia bem movimentada. A mulher afirmou que tal movimento é comum quando os trabalhadores das usinas recebem seus pagamentos.

Para me convencer a optar por seu estabelecimento, a mulher me mostrou as trabalhadoras sexuais e me levou até os fundos. No quintal, relativamente espaçoso, havia patos e galinhas. Do lado direito (de quem está entrando), estavam os quartos – as portas estavam abertas. “Aqui é bem aconchegante”, disse a mulher. Nos quartos, havia algumas trabalhadoras dormindo. Eu perguntei sobre a faixa de idade das mulheres. “Olha, aqui tem de várias idades, mas se você preferir mais novas eu posso arranjar”, prometeu. Perguntou se eu estava sozinho na cidade e eu disse que tinha um colega de trabalho comigo. “Ele pode vir com você de noite que aqui tem meninas muito bonitas pra vocês”.

Disposta a fechar um programa, a mulher ofereceu a sua irmã de 17 anos. “Ela é linda. Loira, de olhos claros. Você vai gostar muito dela. Mas aí é mais caro. Eu não sei quanto ela cobra, mas é mais caro”, disse. Para confirmar a veracidade da propaganda, a mulher tentou mostrar uma foto. “Eu tenho uma foto dela no celular, mas eu não sei mexer direito nesse aparelho aqui. Vou pedir pra uma das meninas”. Ela levou o telefone para uma das garotas e eu permaneci perto da porta dos fundos, de onde pude ouvir um comentário vitorioso, de quem está prestes a fazer um bom negócio. “Acha a foto pra mim. Olha, ele vem hoje à noite com o amigo dele. Viu, é conversando que a gente se entende”, disse a mulher.

Simulando receio quanto à minha segurança, eu quis saber: “Não é perigoso fazer programa com uma adolescente?” A resposta da mulher ajudou a desvelar uma faceta do mercado do sexo local, que foi reforçada em conversas posteriores com pessoas da rede de atenção à criança e ao adolescente: a convivência ou mesmo participação de G.P. nesse mercado. “Você pode ficar tranquilo. Aqui é bem seguro. O dono daqui é um G.P. Ninguém se mete a besta aqui não”, disse. (RC-2M)

### **5.3.3 Práticas sexuais com pagamento material e/ou simbólico**

Os relatórios também apontam a existência de outra prática sexual com adolescentes. Trata-se de encontros realizados nos quartos de trabalhadores das usinas. Esses quartos são reunidos em espaços denominados, comumente, de repúblicas dos trabalhadores. São moradias bastante simples, que funcionam como dormitórios. Abaixo, é citado trecho de um relatório de 4 relativo à fala de uma G.P:

Quando pergunto se poderia haver alguma relação entre os trabalhadores das usinas com esses casos, ela afirma que não sabe, mas que possivelmente poderia, pois é “de conhecimento de todos que estes trabalhadores moram na cidade em repúblicas, onde fazem festinhas e convidam meninas”. (RC-M)

Os encontros de adolescentes com trabalhadores nos quartos das repúblicas também foram mencionados no colóquio. “*Essa situação de exploração sexual é muito comum nos quartinhos de trabalhadores das usinas*”, afirmou uma G.P., também do município 4, conforme o relatório do evento.

No município de 14<sup>26</sup>, uma trabalhadora sexual descreveu como geralmente os encontros acontecem. Conforme ela, adolescentes e trabalhadores das usinas (comumente, jovens) ficam em rodinhas nas esquinas conversando do fim da tarde ao início da noite. “*Quem olha, acha que são só amigos conversando*”, salientou. “*Mas, de repente, você começa a notar que aos poucos o grupo vai se desfazendo. Quem presta atenção, vê que algumas meninas não vão direto pra casa. Elas vão primeiro para as repúblicas dos trabalhadores. Ficam lá por um algum tempo e depois saem pra ir pra casa. Já vi muito disso. E sei o que elas fazem lá*”. A boate, onde fica a trabalhadora sexual, é cercada de repúblicas de trabalhadores.

Os trabalhadores, sobretudo no período de pagamento, possibilitam às adolescentes condições de consumo incomuns em seus cotidianos. De acordo com informações levantadas em campo, alguns trabalhadores “namoram” as adolescentes, propiciando-lhes atividades de lazer nos limites das realidades locais, como comer à vontade em lanchonetes. Essa situação tende a provocar, na adolescente, impressão de *status* diverso da realidade de seu dia-a-dia. Nesse sentido, o pagamento pela exploração sexual é mais simbólico que material.

#### **5.3.4 Violações de direitos e abrigo.**

Além das situações relativas a práticas sexuais de crianças e adolescentes coletadas em observações e entrevistas, foram registrados casos de duas meninas abrigadas em decorrência da violação de seus direitos sexuais. Os registros foram feitos em um abrigo do município 2 onde estão crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Uma das meninas é uma indígena Guarani-kaiowá, vendida pelo pai por R\$ 10 mil para um homem não-indígena. A outra é uma garota negra, que começou a ser

---

<sup>26</sup> 14, que também tem usinas, não está no recorte acerca dos impactos da presença do setor sucroalcooleiro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, este município foi pesquisado no estudo do projeto Fortalecimento do Comcex relativo à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia BR-163. As afirmações da trabalhadora sexual foram feitas durante visita a esse município por conta da pesquisa pertinente à BR-163.

explorada sexualmente com dez anos. Nas duas situações, a exploração sexual foi precedida pelo abuso.

O trecho abaixo se refere à história da menina indígena:

Na manhã do dia seguinte, retornei ao local para buscar outras informações sobre os casos levantados no local. A G.P. Maria contou que a adolescente indígena (que chamarei pelo nome fictício de Jéssica) residia com os avós paternos e que era abusada desde sete ou oito anos por seu avô. Os pais da indígena agiam com indiferença a essa situação. Ao chegar à adolescência, Jéssica foi vendida pelo pai a um homem não-índio de cerca de 50 anos. O valor do negócio foi de R\$ 10 mil.

Ao tomar conhecimento do caso, o G.P. realizou os procedimentos para o abrigo da adolescente. Enquanto ela era levada para fazer os exames, contou para a assistente social Carolina que o homem, com o qual vivia lhe comprava muitas coisas, como refrigerantes, lanches e roupas. O tempo em que a menina permaneceu na casa do autor teria sido de um dia, segundo ela informou aos conselheiros tutelares. Mas Maria acredita que Jéssica tenha ficado bem mais de um dia na casa do homem, uma vez que ela mencionou, com seu Português muitíssimo limitado, situações que não poderiam ter acontecido em um só dia.

Como o G.P. conduziu a menina ao abrigo, o homem que a comprou passou a exigir o seu “direito de comprador” – durante a visita ao abrigo, Beatriz [responsável pelo abrigo] havia me contado que o pai da indígena e o homem que a comprou viviam perseguindo a menina quando ela saía da casa. (RC-RB)

As anotações que se seguem dizem respeito à outra adolescente com os direitos sexuais violados:

Segundo os documentos, Paula [nome fictício] começou a ser violada sexualmente por um vizinho, que a conhecia desde que era uma criança. No interrogatório, o autor afirma que passou a ter relação sexual com a menina no ano de 2004, não recordando o mês – naquele ano, Paula completara 11 anos em agosto, o que significa que a violência possivelmente teve início quando ela tinha dez anos. Na mesma época, o autor tinha 54 anos. Ele também declarou que acreditava que a mãe da criança não tivesse conhecimento da situação.

Com 13 anos, a menina passou a ter relações sexuais com um vizinho, que tinha 70 anos. Embora esse homem tenha afirmado, no interrogatório, que não pagava pela relação sexual (excetuando um aparelho celular que “deu de presente” à menina), a instituição apurou que ele dava R\$ 50 à adolescente sempre que fazia sexo com ela. Este homem alegou também que era a menina quem o procurava em sua casa, que ela se estirava no sofá, insinuando-se para ele.

Após essas situações, a adolescente começou a ser aliciada por uma mulher da cidade. No documento “Histórico Psicossocial”, feito pelo L.G.P, consta que a mãe de Paula sabia que a filha frequentava a casa de uma “amiga” (termo usado pela mãe), a qual promovia festas com a presença de outros adolescentes. Também disse desconfiar que, no local, havia consumo de drogas e prostituição. Considerando o ano do registro (2007), Paula tinha, então, 14 anos. (RC-RB)

A história da menina Guarani porta a especificidade da sua conversão explícita a uma mercadoria – o que é considerado, embora não consensualmente, como uma característica própria de tráfico de pessoa. Para além dessa particularidade, a violência sofrida pela garota indígena se aproxima das violações das outras meninas constantes das observações e entrevistas. No caso da adolescente Guarani, a exploração sexual se manifesta, por exemplo, com os “pagamentos” em forma de refrigerantes, lanches e roupas.

A segunda história também traz semelhanças com as dinâmicas de prostituição e com discursos notados nas observações e nas entrevistas. A menina recebia pagamentos em dinheiro e “presentes” pela prática sexual. Ela era considerada pelos homens, que a exploraram sexualmente, uma menina familiarizada com o universo da prostituição – por essa mentalidade, a adolescente se insinuava para os homens adultos, que permaneceram em seus papéis de homens e fizeram sexo com ela.

Como os demais, esses dois casos ocorrem em territórios marcados por intenso mercado sexual. Essa circunstância tende a provocar pensamentos de naturalização sobre o uso de meninas em práticas sexuais. Isso pode ajudar a compreender, por exemplo, a resolução de um homem (que não é rico) de investir um valor considerável para fazer sexo com uma criança indígena. As violações dos direitos humanos sexuais das duas meninas abrigadas acontecem em meio a esse cenário de idéias que enxergam nas adolescentes as impulsionadoras das relações sexuais.

O pensamento de naturalização e de culpabilização de adolescentes pela exploração sexual não se limita, evidentemente, aos municípios estudados e nem é unívoco nesses lugares. No entanto, como qualquer idéia, o pensamento suscitado e fortalecido nos espaços estudados não surge do nada, mas resulta das condições materiais construídas nesses locais. Entre essas condições materiais, têm destaque, nos últimos anos, as referentes às alterações provocadas pela instalação de usinas de cana-de-açúcar.

#### **5.4 Exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção**

Após essas considerações, é necessário fazer um deslocamento para discorrer sobre a rede de atenção à criança e ao adolescente. Os materiais coletadas em campo mostraram grande distância entre o trabalho desenvolvido por essa rede e a situação de

exploração sexual. Os registros da prática dessa violação são quase inexistentes em delegacias, conselhos tutelares e nos centros de referências. No entanto, foram observadas e relatadas, por várias fontes, dinâmicas diversas de práticas sexuais com envolvimento de crianças e adolescentes, como já tratado acima.

Em 5, não havia, nas instituições levantadas, registro recente de exploração sexual de crianças e adolescentes, na ocasião do levantamento. Nesta cidade, no entanto, foi encontrada, com relativa facilidade, uma adolescente perto de uma casa de prostituição e que aceitaria fazer programa sexual. Também há facilidade de contatar meninas para serem prostituídas. Ainda, em 4, há um abrigo com adolescentes, que foram abusadas e/ou exploradas sexualmente. As meninas abrigadas passaram, necessariamente, pelo L.G.P, mas os casos não figuraram como exploração sexual.

Em 4, o pesquisador foi informado, na delegacia, que não havia registro de exploração sexual de criança e adolescente. O G.P. salientou, ainda, que é feito um trabalho em rede de enfrentamento à exploração sexual. Entretanto, outras fontes (pessoas da rede e moradores diversos) enfatizaram grande frequência de meninas em situação de prostituição. Afirmações desse tipo foram repetidas durante as observações, momento nos quais os pesquisadores também levantaram possibilidades concretas de realização de programas sexuais com adolescentes.

Em 1, uma profissional do L.G.P. lembrou-se de o órgão ter atendido um caso de exploração sexual. No L.G.P, haviam sido registrados somente três casos de abuso sexual nos últimos seis meses (considerando a época do levantamento – abril de 2009). E em outro L.G.P, havia registro apenas de atentado violento ao pudor. Porém, nessa cidade, haveria, ao menos, duas adolescentes em situação de prostituição em uma boate, segundo informou uma trabalhadora sexual. Apesar dos registros descontraídos nos órgãos, o delegado salientou: “nós sempre procuramos atuar em parcerias”.

Em 3, não há registro de exploração sexual no local de gestão pública – L.G.P. Um G.P chegou a dizer ao pesquisador que sequer existiria prostituição adulta. Segundo essa fonte, a polícia e a prefeitura acabaram com um quadrilátero, onde estavam instaladas as casas de prostituição. “A rede de prostituição ficou no passado”, disse o policial. Mas o pesquisador ouviu de fontes não-institucionais que a presença de meninas na prostituição é acentuada e que haveria envolvimento de pessoas com elevada posição social e financeira. Conforme um taxista, as adolescentes são buscadas em suas próprias casas para realizarem programas sexuais.

Em 2, a questão não está na invisibilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa violação é bem notada pelas pessoas da rede. A questão se centra em perceber a violência como inevitável e impossível de ser enfrentada. Uma delegada afirmou, por exemplo, que há “gente grande” envolvida na exploração sexual e que isso faz com que os casos sejam abafados e os responsáveis, impunes. Nesse município, está o distrito de 11, onde foi verificada a ocorrência de programas sexuais por crianças e adolescentes em uma chácara. Entre essas meninas, estão duas irmãs (de dez e 12 anos), que estão na malha da rede e seguem atendidas e violadas, violadas e atendidas.

Durante o colóquio, os participantes – em grande parte, pessoas que integram a rede de atenção à criança e ao adolescente – discutiram sobre as dificuldades para perceber e enfrentar a questão da exploração sexual. As dificuldades apontadas foram: distância física dos locais onde ocorrem as situações de exploração sexual; convivência de gestores municipais que se beneficiariam com a instalação de usinas; e falta de recursos e de infraestrutura.

Na condensação das falas, foi acrescentado pela coordenação do colóquio que a dificuldade de as pessoas enxergarem os problemas se relaciona também à dificuldade de admitirem aos de fora dos seus universos imediatos que seus lugares comportam características negativas. *“Não vemos os impactos também porque não gostamos de falar das coisas que dão errado nos nossos municípios. Não é gostoso ficar falando de coisas que não dão certo. Reportar à nossa realidade nos traz sofrimento...”*, comentou a coordenadora do colóquio, conforme relatório do evento.

## 6. APRENDIZADOS COM A PESQUISA

Qualquer que seja o caminho escolhido, conhecer a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes e suas inter-relações em determinado espaço empírico não é tarefa fácil. Entre os muitos recortes possíveis, este estudo buscou compreender a questão do ingresso e permanência de crianças e adolescentes em práticas sexuais como decorrências de alterações profundas produzidas em municípios sul-mato-grossenses por onde avança o setor sucroalcooleiro.

Tentar visualizar, nas realidades observadas, a existência dessa relação (crianças e adolescentes na prostituição e transformações concernentes à expansão do setor sucroalcooleiro) é um exercício complicado. Isso porque aprendemos a pensar o mundo ou nos eventos concretos e imediatos ou nos eventos gerais e mediatos, como se fossem autônomos, independentes. Estabelecer relações entre esses dois eventos se torna, portanto, difícil. Que relação poderia existir, por exemplo, entre a realização de programas sexuais por crianças numa chácara num distrito do interior de Mato Grosso do Sul e as mudanças suscitadas e/ou aprofundadas com a instalação de usinas no Estado?

Entender o mundo de modo sistêmico, considerando que as transformações globais ganham corpo nas localidades, colabora no esforço de esboçar o quebra-cabeça das relações entre práticas sexuais em lugarejos fora dos centros e os grandes empreendimentos projetados em escala mundial.

A relação não pode ser pensada linearmente, com a simplicidade do causa-efeito. As múltiplas relações que se estabelecem no mundo não são lineares. Não se pode inferir, simplesmente, que a menina de dez anos que faz sexo com um adulto na escuridão de uma chácara em um distrito de Mato Grosso do Sul apenas o faz porque o lugar se encontra numa região com concentração de usinas. Evidentemente, essa criança está inserida em situações de diversos níveis que a fazem realizar os encontros sexuais – razões com especificidades, cujos profundos conhecimentos fogem do objetivo e das decorrentes escolhas metodológicas deste estudo, o qual não segue uma epistemologia vertical (não buscando, portanto, conhecer casos particulares com aprofundamento de suas histórias).

Para não cair no determinismo da linearidade do causa-efeito, é preciso pensar, além do modo sistêmico, de forma dialética. A sociedade e as relações que nela se estabelecem resultam dos movimentos dialéticos entre produção material e produção de

idéias. Os pensamentos se manifestam, em seu menor nível, nas relações interpessoais, como nas trocas sexuais, veladas na escuridão, entre adultos e adolescentes em carros na frente de uma chácara em Casa Verde.

O setor sucroalcooleiro, planejado para o país concorrer no atendimento das demandas mundiais por biocombustíveis, expande-se em ritmo acelerado com colaboração governamental. Essa rapidez atropela as dinâmicas mais lentas existentes nos municípios de médio e pequeno porte (ou de pequeno porte antes e tornado de médio com a instalação de usinas). As mudanças resultantes desse processo são significativas: ligeiro crescimento populacional, formação de uma considerável população sazonal, fluxos migratórios, demandas não esperadas para as políticas públicas locais. Também se intensifica o mercado sexual, com aumento da quantidade de bares e maiores ofertas de serviços sexuais.

Essas transformações materiais impactantes criam novas configurações nos territórios, colaborando para a produção ou fortalecimento de determinadas idéias, que provocarão novas práticas – processo que não pode ser apreendido como seqüencial e linear. Portanto, é preciso salientar que as pessoas não terão, como massas homogêneas, os mesmos pensamentos e nem praticarão ações idênticas. Evidentemente, trata-se de um processo de diversos delineamentos, nos quais alguns irão questionar as transformações causadas pela instalação de usinas, outros irão aplaudi-las e terceiros darão de ombros; alguns fortalecerão o pensamento de que as meninas estão cada vez mais “oferecidas”, porque passaram a ser vistas com mais frequência em práticas sexuais, outros serão mais cautelosos e perceberão alguma relação entre o aumento da prática sexual por adolescentes e a própria mudança da paisagem local, com um número maior de casas de prostituição.

Apesar das diversidades das produções de idéias, não há como negar que as mudanças materiais fomentadas com a instalação das usinas colaboram para a construção de pensamentos. De modo indicativo, pode-se afirmar que a situação de exploração sexual infanto-juvenil tende a se agravar com a formação ou fortalecimento de idéias prejudiciais a crianças e adolescentes, sobretudo às do sexo feminino – vistas como “putinhas” (como adjetivado por alguns homens presentes em uma situação registrada no estudo) – e que tais idéias prejudiciais são fortalecidas com significativa colaboração das alterações dos territórios do Estado, por onde se expande o setor sucroalcooleiro. .

Essa afirmação só poderá ser conclusiva com o prosseguimento de outros estudos sobre a relação do setor sucroalcooleiro e exploração sexual, que dispensem atenção cuidadosa e crítica para a realidade material e ideal dos territórios em transformação. Essa é uma tarefa relevante para todos os promotores de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo os que atuam em Mato Grosso do Sul, por ser o Estado em evidência ao segmento de açúcar e álcool.

Por ora, tem-se o início do descortinamento das relações entre os impactos da expansão do setor sucroalcooleiro e situações muito concretas em suas desumanizações, como crianças que desconhecem os pais (os “filhos da cana”), crianças e adolescentes que se prostituem em chácaras, meninas que freqüentam depósitos de bebidas para realizarem encontros sexuais, que satisfazem trabalhadores de usinas em seus quartos precários, que recebem “presentes” pelo sexo, que são agenciadas dentro de suas próprias casas e que, quando protegidas, terminam abrigadas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sônia Maria Oliveira de. O. *A pesquisa científica em saúde*. 2. ed. Campo Grande: Autônoma, 2009.

\_\_\_\_\_. *Metodologia da pesquisa científica: a pesquisa científica passo a passo*. 2ª. ed. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (Trad. de Mariza Corrêa). 7ª ed., Campinas: Papirus, 2005.

CANASAT: Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>. Acesso: mar. 2010.

CONTAGEM da População 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>>. Acesso: mar. 2010. Acesso: mar. 2010.

COSTA, Jean. Henrique. . *Agricultura e Aventura no Brasil Colônia: breve ensaio a partir de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior*. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. 108, p. 134-144, 2010.

DIÓGENES, Glória (org.). *Os Sete Sentimentos Capitais: Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2008.

DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. *Aspectos éticos das pesquisas qualitativas em saúde. Doutorado em Saúde Pública*. Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Ano de Obtenção: 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso: mar. 2010.

LEVANTAMENTO Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: mar. 2010.

- LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra e SOUSA, Sônia Maria Gomes Sousa (org.). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2007. Petrobras.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. (Trad.: Luís Claudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MIRANDA, Ary Carvalho de., BARCELLOS, Christovam, MOREIRA, Josino Costa, MONKEN, Maurício (organizadores). *Território, Ambiente e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. 274 p. ISBN: 978-85-7541-159-9
- O BRASIL dos Agrocombustíveis – Impactos das lavouras sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade – Cana 2009. Disponível em: <[http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v6.pdf](http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf)>. Acesso: mar. 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RIGOTTO, Raquel Maria. *Desenvolvimento, Ambiente e Saúde: Implicações da (Des) Localização Industrial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008; 426 p.